



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DANILO CORREIA BULCÃO DE SOUZA

**OS ENTRAVES PARA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA:
ELEIÇÕES DE SANTO AMARO (2016-2020)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

DANILO CORREIA BULCÃO DE SOUZA

**OS ENTRAVES PARA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA:
ELEIÇÕES DE SANTO AMARO (2016-2020)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Unilab - Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S714e

Souza, Danila Correia Bulcão de.

Os entraves para participação da mulher na política : eleições de Santo Amaro (2016-2020) / Danila Correia Bulcão de Souza. - 2023.
55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis.

1. Eleições municipais - Santo Amaro (BA). 2. Mulheres na política - Santo Amaro (BA) - 2016-2020. 3. Mulheres - Santo Amaro (BA) - Atividades políticas. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 324.98142

DANILA CORREIA BULCÃO DE SOUZA

**OS ENTRAVES PARA PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA:
ELEIÇÕES DE SANTO AMARO (2016-2020)**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Unilab - Campus dos Malês.

Aprovado em 27 de janeiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Clarisse Goulart Paradis (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Juliana Dourado Bueno

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Luciana Schleder Almeida

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

RESUMO

A presente pesquisa surgiu a partir de leituras e observações sobre vários pleitos eleitorais no Município de Santo Amaro/Bahia, no qual pude analisar o perfil da mulher no cenário da política e perceber que essa participação continua sendo marcada por desigualdades e desproporcionalidade. Com o objetivo de analisar a participação e a desigualdade das mulheres no cenário político de Santo Amaro/BA, subsidiados pelos seus vários objetivos específicos, para começarmos a nossa discussão tivemos de problematizar a questão que queria fundamentar, assim a pesquisa partiu da seguinte pergunta: Como se dá a participação das mulheres no cenário político de Santo Amaro/BA tendo em conta a desigualdade registrada nos pleitos anteriores? Foi possível compreender a perspectiva de algumas mulheres que participaram das eleições municipais.

Palavras-chave: eleições municipais - Santo Amaro (BA); mulheres na política - Santo Amaro (BA) - 2016-2020; mulheres - Santo Amaro (BA) - atividades políticas.

ABSTRACT

The present research arose from readings and observations about various electoral processes in the Municipality of Santo Amaro/Bahia, in which I was able to analyze the profile of women in the political scenario and realize that this participation continues to be marked by inequalities and disproportionality. In order to analyze the participation and inequality of women in the political scenario of Santo Amaro/BA, subsidized by its various specific objectives, to begin our discussion we had to problematize the question that I wanted to substantiate, so the research started from the following question: How is the participation of women in the political scenario of Santo Amaro/BA taking into account the inequality recorded in previous elections? It was possible to understand the perspective of some women who participated in the municipal elections.

Keywords: municipal elections - Santo Amaro (BA); women in politics - Santo Amaro (BA) - 2016-2020; women - Santo Amaro (BA) - political activities.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CAPÍTULO 1 - A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA	12
2.1	AS MULHERES E A POLÍTICA	12
2.2	ENTRAVES PARA ELEIÇÃO DE MULHERES	17
2.3	MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA IMPULSIONAR A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA	21
3	CAPÍTULO 2 - A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DE SANTO AMARO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS	27
3.1	A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES NO RECÔNCAVO BAIANO	27
3.2	QUEM FORAM AS MULHERES CANDIDATAS E ELEITAS NA POLÍTICA DE SANTO AMARO?	32
4	CONCLUSÃO	52
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

Para realização desta pesquisa servimo-nos do método qualitativo, por meio de estudo de campo levantamos todas informações essenciais para fundamentação da referida pesquisa, para tal, servi-nos do arquivo público da cidade e outros documentos necessários, fizemos algumas entrevistas baseado a um questionário semiestruturado a ex-candidatas da cidade de Santo Amaro/BA de modos a auferir a real situações dos principais entraves das mulheres na política nesta cidade e no Brasil como um todo. Para apurar os dados que apresentamos em tabelas nesta monografia servimo-nos do site do Tribunal Superior Eleitoral, aonde extraímos os dados dos pleitos analisados nesta pesquisa.

No site do TSE foi possível analisar dados dos anos de 2016 até 2020 que é o período de análise da nossa pesquisa, assim extrai do TSE dados como quantos mulheres concorreram nestes períodos na cidade, para quais cargos concorreram, quantas delas ganharam e quanto tempo ficaram em seus mandatos, a metodologia qualitativa foi útil para a pesquisa porque nos ajudou abordar o tema de uma forma mais profunda com base nos dados adquiridos nos estudos de campos e também em outros acervos informativos sobre o contexto histórico em análise.

Para contextualizar o nosso estudo, olhamos também um pouco pelo mundo para compreender como as mulheres participam nestes espaços de poder, constatando que o Brasil figura uma posição lamentável no ranking dos países com a maior participação de mulheres na política em tempos que a participação das mulheres nas políticas consta como prioridade em muitos dos pontos da agenda global defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, a pesquisa surgiu com o objetivo de analisar a participação e a desigualdade das mulheres no cenário político de Santo Amaro/BA, subsidiados pelos seus vários objetivos específicos, para começarmos a nossa discussão tivemos de problematizar a questão que queria fundamentar, assim a pesquisa partiu da seguinte pergunta: Como se dá a participação das mulheres no cenário político de Santo Amaro/BA tendo em conta a desigualdade registrada nos pleitos anteriores?, esta pergunta ajudou levantar várias hipóteses que também servirão para dar maior embasamento da pesquisa.

A pesquisa está estruturada em dois capítulos sendo o primeiro intitulado: 1. A sub-representação das mulheres na política, dividido em três subtítulos sendo: 1.1 As Mulheres e a Política, 1.2 Entraves para Eleição de Mulheres e 1.3 Mecanismos Institucionais para Impulsionar a Participação da Mulher na Política, todos focados na compreensão das motivações que têm dificultado a plena participação das mulheres na política em Santo Amaro/BA.

O segundo capítulo desta monografia é: 2. A representações política das mulheres de Santo Amaro nas eleições municipais, sendo constituído por dois subtítulos: 2.1 A representação política das mulheres nas eleições no Recôncavo Baiano e 2.2 Quem foram as mulheres candidatas e eleitas na política de Santo Amaro? Nesta parte do trabalho procuramos auferir a participação das mulheres na política em Santo Amaro de forma específica nos pleitos de 2016-2020. Tendo em conta todos os dados recolhidos foi possível começar a construção da monografia contando com as minhas motivações para a realização da mesma.

A política, de forma geral, sempre chamou minha atenção, primeiro porque as pessoas com as quais convivi, quando as encontrei ao chegar ao mundo, estavam envolvidas com a política local. Rapidamente fui sendo inserida nesse mundo de forma gradativa, aprendi muitas lições valiosas com a minha mãe que, antes de mim, já estava fortemente ligada com o meio político da cidade, ganhando inclusive notoriedade ao participar como candidata à vereadora em dois pleitos. Para melhor entender meu interesse pelo tema pesquisado farei uma pequena apresentação sobre a minha relação com a área de pesquisa.

Fui nascida e criada em um cenário político, como assim posso definir. Recordo-me da minha genitora envolvida com serviços prestados na comunidade, desde ações de saúde à educação, serviços sociais, uma vez que ela tem formação e experiência nessas duas áreas que atendem o povo. Recordo-me de lideranças políticas na minha residência, vereadores, prefeitos, candidatos eleitos e não eleitos, articuladores, presidente de partidos, tudo em prol de apoio político para o fortalecimento nas eleições que estavam por vir. E assim, em meio toda a agitação, fui desenvolvendo e aprimorando os valores e princípios no qual fui educada. No ditado popular, dizem que existe o sangue político, logo que a origem veio desse meio. Então, diante dessa veia sanguínea que circula em meu corpo, fui tomando gosto e interesse pelo assunto e me envolvendo aos poucos, desde reuniões de bairro, associações, corpo a corpo, levando propostas de candidatos para a comunidade, entregando santinhos, colando adesivo nos muros, nas casas. Recordo-me de uma campanha que usamos uma bicicleta como veículo de som para realizar minicomícios nas ruas do distrito no qual fui nascida e criada –Acupe.

Diante desse breve relato de início de experiência política, devido as necessidades de crescimento acadêmico e profissional, precisei me ausentar do município, mas os vínculos de informações continuaram. Eu sempre estive por dentro de tudo o que estava acontecendo no cenário político da minha Santo Amaro. Nas eleições de 2016, houve a necessidade do preenchimento de vagas para as cotas de mulheres no partido no qual eu era filiada, pois a Justiça eleitoral estava fazendo cumprir a lei de obrigatoriedade de participação de 30% de mulheres nas eleições.

Assim sendo, fui convidada diretamente para compor a chapa de mulheres, naquela época no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Com registro de candidatura realizado e sem nenhum indeferimento, houve a necessidade de caracterização de um perfil de candidata para, de algum modo, validar a candidatura aos eleitores, houve a confecção de santinhos, banner, teve jingle de campanha, legitimando assim todo processo. Cheguei a falar em comício com a comunidade. E foram três meses de campanha de final de semana, porque no período eu estava tendo estudando em Salvador, logo minha disponibilidade era a mínima possível. E enfim as eleições aconteceram e foi contabilizado total de 22 votos válidos para mim. Não era muito de se esperar porque não houve campanha em massa, não houve a intenção de disputa da cadeira no legislativo de modo maior, pois o princípio era o preenchimento das cotas.

E foi diante dessa experiência que, com o passar dos semestres na faculdade, conclusão de curso se aproximando, foi chegado o momento de pensar e escolher o tema para o tão esperado, desejado e as vezes assustador o Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, e assim também pensar em nomes para a escolha de Orientador (a). Sendo assim, depois de enviar e-mail para Coordenação do Curso pedindo orientação, escolhi a docente Clarisse Paradis, uma vez que já tinha sido discente dela em dois componentes em semestres anteriores. Em conversa com ela trocamos algumas experiências e chegamos a um feedback sobre que norte seria dada para a pesquisa.

Partindo da experiência familiar, do meu envolvimento no decorrer da história, por que não discutir sobre essa situação, com o tema que de algum modo entrelaça a candidatura mãe e filha? Propus, portanto, pesquisar, quais seriam os perfis das candidatas e eleitas na participação da mulher nas eleições municipais de Santo Amaro. E assim se deu o tema do meu TCC.

Minha orientadora Clarisse Paradis me indicou algumas leituras, que me impulsionaram a buscar mais informações em revistas, sites de notícias, jornais, dialogar, puxar assuntos com algumas pessoas da cidade; e algumas linhas foram começando a rabiscar a folha em branco, escreve aqui, apaga ali, acrescenta, agora não, essa parte mais para frente, e haja escrita, correções, devoluções, aprimoramento do objeto em pesquisa. Fui em busca de informações nos acervos da cidade, nos centros de referências documentais que existem em Santo Amaro, busquei dialogo com ex-prefeito, com ex-vereadores, com lideranças políticas, com algumas pessoas da comunidade em geral, e assim foi criando forma com esse apanhado de informações, desde parte histórica e documental até a parte de experiências vividas para gerar legitimidade e composição a este trabalho de curso.

A presente pesquisa surgiu a partir de leituras e observações sobre vários pleitos eleitorais no Município de Santo Amaro/Bahia, no qual pude analisar o perfil da mulher no cenário da política e perceber que essa participação continua sendo marcada por desigualdades e desproporcionalidade. Fato motivado fortemente pelo machismo quando se trata das mulheres de forma geral e de outros preconceitos como racismo, quando se trata de mulheres que fazem parte dos grupos das minorias sociais.

A participação da mulher, no município de Santo Amaro, especialmente em cargos do legislativo e executivo é pequena, e tal situação acaba influenciando na qualidade da representação feminina, uma vez constatada essa realidade a nível municipal, esta monografia vai buscar identificar os perfis das mulheres e os entraves que dificultam a inserção na política, com foco no legislativo municipal.

Foi possível compreender a perspectiva de algumas mulheres que participaram das eleições municipais, nos dois últimos pleitos (de 2012 e de 2020). A pesquisa agrega uma importância por debater sobre um assunto ainda muito atual em Santo Amaro e no estado Bahia, citando que de forma geral, a pesquisa debate sobre um assunto ainda muito atual no país todo, pois, o cenário político nacional ainda oprime muito a participação das mulheres na ocupação destes espaços, mesmo quando elas têm conhecimento e experiência para estarem lá. Desta forma, a pesquisa, visa entender sobre este evento, e ajudará no surgimento de mecanismo que podem facilitar o processo de resolução desta demanda dentro do meio político de forma específica na cidade de Santo Amaro/ BA.

Sabemos que o machismo e o patriarcado tem sido uns dos elementos que dificultam e oprimem as mulheres a participarem na vida política ativa, porém, mediante os avanços que o mundo tem alcançado e em particular as mulheres por meio de políticas públicas locais e internacionais, as mulheres tem visto o seu sonho de poder fazer parte da vida política ativa dos lugares sem os receios do passado. Os desafios continuam, mas hoje o acesso a informação e formação faz de nós mulheres melhores preparadas para ocupar espaços que historicamente sempre foram ocupados por homens.

Por esta razão e outras, esta pesquisa surge também como meio de incentivar várias mulheres que, como eu, tem o interesse de contribuir para o cenário político com o meu saber para a melhoria de vida das pessoas que vivem na comunidade que pertencem, e poder contribuir na luta em prol de mais mulheres nos espaços de poder na cidade de Santo Amaro/BA que, apesar de muitas mulheres hoje terem a vontade de fazer parte da transformação social, ainda não encontram apoios significativos por parte da comunidade, também pela reprodução do machismo.

2 CAPÍTULO 1 - A SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

2.1 AS MULHERES E A POLÍTICA

Apesar de mais mulheres ingressarem em universidades e no mercado de trabalho, estes avanços não são revertidos em conquistas no âmbito da política. E, nesse contexto, nasce a necessidade e a importância de uma participação transformadora das estruturas de poder e das instituições, também da cultura e das mentalidades, para gerar novas relações sociais. No contexto de se tratar de mulheres, esta participação torna-se fundamental pela situação desigual e discriminatória, sendo de suma importância a elaboração de leis e implantação de políticas públicas que promovam a igualdade e equidade de gênero.

Quando o tocante é falar da participação da mulher na política, levamos a discussão não somente para o debate de gênero, mas vale ressaltar que a questão da raça também é um indicio para essa dificuldade, pois muitas mulheres negras passam por muitos enfrentamentos para inserção no campo político e nas representações de destaques, baseados nos vestígios sociais de opressão, revelando assim condições desfavoráveis a elas. As mulheres negras enfrentam barreiras tais como as oriundas do machismo, sexíssimo preconceito racial que rodeiam a sociedade e o meio político em particular. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições federais e estaduais de 2014, as candidaturas continuam a ser, majoritariamente, compostas por homens brancos, seguidos de homens negros, ou seja, pretos e pardos; mulheres brancas e, finalmente, as mulheres negras e indígenas como as menos representadas na composição do universo de candidaturas, (CAMPOS E MACHADO, 2015, p. 62). Essa seletividade hierárquica demonstra as disparidades de gênero e raça no campo da política, o que se revela como um problema para o avanço da democracia e da participação democrática, com desafios à superação das desigualdades no país.

É possível detectar um viés racial na distribuição das oportunidades das candidatas e dos candidatos às eleições de 2014. Em suma, —”as mulheres pretas e pardas parecem sofrer um duplo ônus em suas carreiras políticas, o que as torna duplamente sub-representadas nas listas para cargos majoritários”, (CAMPOS E MACHADO, 2015, p. 62). No entanto, é necessário cuidado ao tratar com a questão racial apenas a partir dos dados de candidaturas. Com base nos recentes estudos de Campos e Machado (2015), é possível antecipar que a baixa participação de pretos e pardos em partidos de grande ou médio porte reduz, drasticamente, as chances desses grupos de alcançarem êxito eleitoral.

A categoria de gênero nos permite compreender como as diferenças foram construídas socialmente, refletindo nos símbolos, discursos, direitos e no cotidiano social. Tais aspectos são ressaltados por Joan Scott (1995), que abordou ao longo dos tempos essa vigência da diferença entre homens e mulheres, materializando-a em desigualdades, (ANIAS, 2016, p.10).

Diante de várias possibilidades de discutir o tema, decidi direcionar os aspectos históricos do processo de emancipação política das mulheres, com foco na luta pelo voto feminino, e o segundo direcionamento registrando o protagonismo atual das mulheres, no empenho da demarcação dos espaços na participação e representação política para a consolidação da democracia de uma nação que já está independente acerca de 200 anos.

O andamento da construção da democracia no Brasil é marcado por uma sociedade que exclui as mulheres da participação e das decisões nas esferas políticas, seguindo o modelo patriarcal, excluindo também uma gama de grupos sociais, como negros, pessoas pobres, etc. Ao longo da história, as mulheres eram excluídas de qualquer tomada de decisões, pois eram consideradas submissas ao chefe maior da família na figura do pai, e após o matrimônio, ao marido.

É notório, ainda no século XXI, a reprodução do modelo patriarcal continua tendo influência na sociedade; a referência da família continua sendo vista, frequentemente, na figura masculina. Desse modo, a reação dessa representação social se reproduz, quando o tocante é mulheres e a participação política. Conforme (PARADIS, 2020), diante de leituras realizadas sobre o conceito de patriarcado, podemos caracterizá-lo por um sistema de bases sociais e ativas, que tem seu objetivo e princípio a opressão, dominação contra as mulheres.

Miguel (2014), no livro “Feminismo e Política”, escreve sobre as questões de gênero e representação política, revelando que a obtenção do direito ao voto, foi por muitos anos, objeto principal dos movimentos de mulheres. Elas, que lutaram por muitos anos para conquistar seu espaço na sociedade, e tendo obtidos grandes avanços ao longo dos anos. Por meados do século XIX a XX, surgiu o movimento sufragista, que foi um amplo movimento ocorrido em vários países do mundo, com o objetivo de organizar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio. O direito ao voto feminino foi conquistado no Brasil por meio do decreto n. 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, embora já tivesse existido registro de voto feminino, mas ainda não regulamentado, como é o caso de Isabel Dillon em 1880 e de Celina Guimarães 1927, (MIGUEL, 2014).

O direito ao voto representava o reconhecimento das mulheres como cidadãs, pela sociedade e pelo Estado, confirmando que as mulheres tinham sim, as mesmas condições dos homens para ingressar e gerir a vida coletiva, e que possuíam visões e projetos para a sociedade.

Mesmo enfrentando o argumento de que seus interesses já eram administrados pelo acordo dos pais ou maridos. Após a obtenção do sufrágio feminino, foi detectada a possibilidade da convivência entre o direito de voto das mulheres e a elite política formada em sua maioria por homens, (MIGUEL, 2014).

Ainda hoje, a baixa participação de mulheres no âmbito da esfera política é uma cruel realidade em quase todos os países. O Brasil ocupa a 142ª posição, dentre 193 nações, no ranking de representatividade feminina no Parlamento, colocação pior do que países como Etiópia (25ª), Iraque (65ª) e Arábia Saudita (117ª), que tem menor tradição democrática. As primeiras posições no ranking ficam com Ruanda (1º), Cuba (2º) e Emirados Árabes Unidos (5º), (CNN, 2020, UIP, 2021).

Nas eleições parlamentares do Brasil, em 2018, foram registradas 8.588 candidaturas, sendo que 5.821 para registros de homens e 2.767 registros para mulheres, representando (32,22%) desses registros para gênero feminino, (BRASIL; Tribunal Superior Eleitoral, 2018). Dos 513 assentos na Câmara dos Deputados no País, foram ocupados 436 por homens eleitos e 77 por mulheres eleitas, representando assim 15,01% no percentual de mulheres, sendo que dos 35 partidos que concorreram as vagas nessas eleições 30 conseguiram ganhar assentos nesse pleito (BRASIL; TSE, 2018). A representatividade das mulheres no Parlamento ainda está muito aquém do peso que elas têm no eleitorado brasileiro, que corresponde a mais de 52,5% (BRASIL; TSE, 2018). O número de mulheres aumentou de 51 para 77 na Câmara dos Deputados e de 11 para 12 no Senado.

De acordo com Sanchez (2017), atenta para a conquista da representação política feminina no Brasil no séc. XX, enfatizando contradições nos assuntos relacionados a igualdade de gênero, ressaltando que, se por um lado, os direitos civis e políticos como o direito a educação superior e o direito ao voto foram almejados; por outro lado a condição de ocupar os cargos representativos existentes no cenário legislativo e executivo continua difícil. Diante dessa situação, ela chega a citar a insuficiência do sufrágio para uma justa representação política de gêneros, de acordo com o que foi revelado acima. E de tal modo, as questões envolvendo a representação política das mulheres tem ganhado destaque, também no campo da Ciência Política.

A atuação política cotidiana protagonizada por algumas mulheres em comunidade, nos grupos e movimentos sociais não consegue ser transportada para a representação política e para outras formas de exercício de influência política. Para Phillips (1995), a eliminação das barreiras formais à inclusão política das mulheres não é suficiente para que as mesmas sejam capazes de influenciar o processo político, isso pelo fato do processo ainda não dispor de uma

matriz equitativa que permite as mulheres e aos homens a concorrer com as mesmas condições, quer seja material e/ou financeiro.

Para Krook (2009), não basta apenas que se permita que as mulheres concorram a cargos políticos é preciso que haja políticas públicas suficientes de equidades que sejam capazes de colocar as mulheres e os homens a concorrer sob as mesmas condições de privilégios ou dificuldades, só desta forma, poderemos visualizar uma grande mudança neste importante cenário social em Santo Amaro/BA e no Brasil de modo geral. Essa mesma afirmação de Krook (2009), também foi utilizada por diversos atores políticos para legitimar a reivindicação de políticas voltadas a incorporação dos grupos marginalizados. E isso resultou em medidas que aumentaram a quantidade de mulheres nos parlamentos adotados em diversos países do mundo e uma tentativa sem sucesso no Brasil.

Conforme Sanchez (2017), a literatura sobre a representatividade política das mulheres, ainda expõe algumas brechas. A primeira refere-se ao papel das mulheres na formulação de políticas que promovam o interesse delas; com o intuito de entender as barreiras institucionais que dificultam o acesso da população feminina às esferas de poder, partindo da conjectura normativa de que o congresso deve espelhar a composição da população. A segunda brecha questiona a falta de articulação no sentido de dialogar com outros interlocutores de forma mais abstrata a respeito dos pontos negativos identificados na teoria política feminista.

Ainda de acordo com Sanchez (2017), o debate tem privilegiado mais o primeiro questionamento, partindo da contestação de que “uma boa representação” é aquela que garante a todos os segmentos da população a adequada representação por seus pares nos parlamentos. Anne Philips (2001, p. 268), em seu artigo com o título “*De uma política de ideias a uma política de presença*”, chama a reflexão sobre o comportamento dos eleitores, que em sua perspectiva, a maior parte do eleitorado/votante tem muito pouco conhecimento sobre os candidatos o qual são expostos a votar, sua opção política ou seus valores. Os partidos políticos nos apresentam uma rotulação artificial desses candidatos, não nos apresentando em sua totalidade, mas muitos deles acreditam que mulheres são menos capazes de fazer a diferença dentro do ambiente político por erradamente acreditar que ali é lugar para homem tal como alguns acreditam que futebol não é para mulheres.

Os programas partidários, acabam se tornando irrelevantes, a partir do momento em que a política fica reduzida a manobras de apoio a diferenciados grupos, ou quando os votos são “negociados” por acordos materiais, (PHILIPS, 2001). Existindo também as ações de manipulação excessiva dos elos de parentesco e étnicas, reduzindo também nestes casos a

importância da mulher neste processo de barganha política por voto e nomeação de candidatos as eleições por cada partido.

De acordo com Pitkin apud Burnheim (1995), “nossos interesses são bem mais protegidos, quando são representados por quem compartilha nossa experiência e interesse” (PITKIN, 1967, p. 233 apud BURNHEIM, 1995). A autora continua dizendo que “O que legitima representatividade é a condição de responsividade” (PITKIN, 1967, p. 233), essa frase nos explica a importância e a necessidade da capacidade de responder rápido e adequadamente ao eleitorado o que lhe é perguntado e questionado tão quanto concretizar alguma demanda. Pois o eleitorado carece de atenção, carece de respostas aos questionamentos das suas perguntas.

Philips (2001), revela as mudanças ocorridas devido a passagem da democracia direta para a democracia representativa no qual o discurso não é mais **de quem** são os políticos, mas **o quê** (políticas, preferências, ideias) eles representam. Revelando assim um discurso de que se não pode mais ter esperanças de pertencer as atividades de governo, mas sim uma possibilidade de exigir que esses políticos escolhidos deem o retorno das promessas para o qual foi eleito.

Estudos feministas buscam compreender as razões pelo quais o sistema de cotas de gênero não funciona o tanto quanto esperado no Brasil. Algumas pesquisas já existentes e realizados por autores renomados nos estudos de ciências políticas, já conseguiram identificar alguns dos motivos, que teria sua pauta na fraca legislação relativa a políticas públicas em volta deste assunto, a falta de medidas punitivas aos partidos, bem como sistema de votação de representação proporcional onde os eleitores votam em partidos e na ordem dos candidatos na lista desse partido caracterizada como lista aberta também são uns dos principais motivos que dificulta o acesso e a permanência das mulheres parlamentares na política de Santo Amaro/BA, (ARAÚJO, 2010).

É alvo de estudos a falta de comprometimento dos órgãos partidários em relação a negação do cumprimento das cotas, associado também a falta de compromissos dos líderes e dirigentes dos partidos em prol desse tema (ARAÚJO, 2010), a questão de gênero, na disputa de poder é tratada como uma variável, dependente de excluir ou incluir mulheres, (ARAÚJO, 2010). A autora vai dizer que:

Brasil e Argentina possuem sistemas eleitorais distintos, baseados, respectivamente, em lista aberta e em lista fechada. Sabe-se que a lista fechada reúne melhores condições para a efetivação das cotas. Essas condições seriam dadas pelo fato de a

lista fechada evitar a chamada disputa intrapartidária¹ e pela chance de incluir mulheres nos primeiros espaços do seu ordenamento, garantindo assim boas probabilidades de eleição. Isso, contudo, requer certo poder de pressão e força dos interessados para viabilizar esse objetivo. (ARAÚJO, 2010, p. 568).

A mulher, muitas vezes, precisa convencer os membros de seu partido que é apta a concorrer por uma eleição das três esferas legislativa do país pela legenda partidária em que pertence, por meio de eleições intrapartidária que muitas vezes é também marcada por muito machismo e outros tipos de preconceitos que tem gerado opressão a esse grupo da sociedade dentro da política, sem levar em conta de forma adequada a políticas de cotas para a representação dos grupos minoritários dentro dos espaços políticos realidade que também é vivida em Santo Amaro da Purificação/BA.

2.2 ENTRAVES PARA ELEIÇÃO DE MULHERES

De acordo com Sanchez (2017), a persistência das mulheres por representação política ou sub-representação feminina nos parlamentos é uma luta que se tem travado a muito tempo atrás, e diante disso, os desafios que permeiam os regimes democráticos de diversos países, têm dificultado mesmo em tempos modernos vários entraves a essas mulheres que nada mais querem, do verem respeitado os seus direitos de cidadania prevista na constituição de 1988, pondo a prova as promessas democráticas da igualdade e também da justiça, esses considerados princípios básicos do liberalismo político entendido como os direitos individuais do ser humano.

Miguel e Biroli (2013), ressaltam a construção do espaço masculino e os constrangimentos estruturais para a participação da mulher na política, referindo-se também à menor quantidade de recursos financeiros e de tempo livre, o que condiciona o caráter patriarcal das instituições e os padrões sócio culturais. (MIGUEL; BIROLI. 2013 apud SANCHEZ, 2017)

A atribuição de tarefas diferentes ou responsabilidades diferentes a homens ou mulheres cria barreiras, uma vez que as mulheres, em grande parte das famílias, ainda são exclusivamente responsáveis pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos, ofertando-lhes menos tempo para a participação política.

¹ Propaganda intrapartidária é aquela prevista no parágrafo 1º do artigo 36 da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997), sendo permitida ao pré-candidato que busca conquistar os votos dos filiados de seu partido para sair vencedor e poder registrar-se candidato junto à Justiça Eleitoral. É, portanto, uma propaganda dirigida somente a um grupo específico de eleitores, com foco em uma "eleição interna", em âmbito partidário (ARAÚJO, 2010).

A posição estrutural diferenciada de gênero tem como consequência formas desiguais de participação no âmbito político. A divisão sexual do trabalho se configura como eixo para estudos da teoria política feminina, objeto central para análise da democracia, mais encurtada para a representação política, (SANCHEZ, 2017). Essa divisão implica no difícil acesso das mulheres ao tempo livre e à renda, o que pode influenciar nas formas de participação e representação políticas.

As práticas e valores que sustentam uma divisão sexual do trabalho que caracterizam a distinção prioritária dos homens à esfera produtiva e o das mulheres à esfera reprodutiva, impacta não somente na acessibilidade das mulheres a cargos políticos, mas por sua vez na atuação no legislativo, mesmo depois de terem conseguido atravessar barreiras e serem eleitas, (SANCHEZ, 2017), ainda de acordo com Pinto (2010), a representação marginalizada das mulheres na política também tem a ver com a divisão sexual do trabalho, e não tão somente do seletivo funcionamento das instituições ou dos limites estruturais da democracia liberal.

Para as mulheres o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos incidem amplamente sobre seu cotidiano e as oportunidades. Por exemplo, como retrata Rodrigues, o matrimônio para os homens é um elemento que é facilitador para sua participação na política, em contraposição, para as mulheres, se torna algo pesado, comprometedor para sua atuação política.

No mesmo texto, há uma citação de Biroli (2015), ressaltando que não se pode generalizar para todas as mulheres as características em relação a divisão sexual do trabalho, devido algumas mulheres estarem aptas a contratar o serviço doméstico das demais, o que difere das condições e das mulheres negras e pobres, que possuem as menores possibilidades ou oportunidades de ocupação nos ambientes da conjuntura política institucional.

No Brasil, as mulheres encontram várias barreiras para ocupar os mesmos espaços que os homens já ocupam a séculos. A máquina pública foi estruturada de um jeito que fosse capaz de negar as mulheres direitos merecidos de igualdade de gênero e de capacitação de execução. De acordo com Miguel (2013):

Não basta eliminar as barreiras formais à inclusão, é preciso incorporar os grupos marginalizados no corpo político, "empurrá-los" para dentro, rompendo assim a inércia estruturante que os detém afastados dos ambientes de decisão. Ressalta também que o parlamento não tem a capacidade de representar mulheres de modo adequado, e por isso ações corretivas seriam necessárias. Miguel (2013. p. 35).

Para Sanchez (2017), a proposta é caracterizada como sendo política de presença, altamente defendida para reivindicar maior participação das mulheres nas instituições e

consequentemente adoção de políticas de cotas de gênero nos parlamentos de vários países. A referida “política de presença”, foi construída contraposta à “política de ideias”, a luz da percepção de que uma boa representação política deveria estar baseada ou alicerçada no programa e nos ideais compartilhados entre representantes e representados, passando a ser desafiada com o crescimento da preocupação, com a exclusão de determinados grupos sociais, (SANCHEZ, 2017).

Conforme Sanchez (2017), levanta o debate sobre quais grupos devem ser beneficiados, eis a questão: Se mulheres precisam estar presentes, por que não negros, homossexuais, quilombolas, indígenas e outros? Por outro lado, Williams (1998), defende que as ações reparadoras são merecidas pelos grupos que sofrem algum tipo de exclusão ou violência, patrocinados pelo Estado, não esgotando a discussão sobre as condições de acesso ao direito de ações afirmativas.

Para Varikas (1995), no entanto, levanta a questão do essencialíssimo potencial; mas o que quer dizer isso? A autora levanta a ideia de que, pelo fato de serem mulheres, pelo fato de ser feminina, responderá a interesse igualitários, apoiando as mesmas políticas (VARIKAS, 1995 apud SANCHEZ, 2017). E é assim contestado, quando a afirmação de que os indivíduos são dotados de características diversas, logo, integrar a um grupo não significa necessariamente atender, suprir as suas próprias demandas (SANCHEZ, 2017).

Conforme Phillips (1993), propõe como ideia a correção da representação política por meio de mecanismo descritivos. A participação da mulher no cenário político compõe novos elementos para o cenário ou arena, tais como a delicadeza, o altruísmo, e a capacidade de conciliação, considerando assim um diferencial positivo em relação aos concorrentes do gênero masculino, (SANCHEZ, 2017). Através do aumento da diversidade do perfil de mulheres eleitas, o crescimento da produção legislativa sobre os direitos das mulheres, e os efeitos sobre o interesse político.

Sanchez (2017), aponta uma crítica construtiva em razão das dificuldades de atuação das mulheres, devido a sua minoria no parlamento; mas, por outro lado, quando esse cenário for ao contrário, quando houver o crescimento da bancada feminista, eles terão a oportunidade de criar estratégias que promovam a igualdade de gênero; ou o crescimento também pode causar receio entre os legisladores homens, e que são capazes de adotar práticas para obstruir as políticas para as mulheres.

No Brasil são vários elementos que fazem com que certos grupos são excluídos de alguns cenários políticos, mas, no caso das mulheres em relação a participação na política, não

podemos deixar de apontar o machismo com sendo um dos maiores fatores de impedimentos que as mulheres se deparam no mundo na política.

Mesmo com o discurso de igualdade de gênero e oportunidades iguais em quase toda parte do mundo o Brasil, e muitas outras nações, insistem em não caminhar pela mudança em relação à participação na política. Essa rejeição não é fomentada apenas por homens políticos e sim por homens dos vários segmentos sociais. Os homens machistas por norma não se sentem bem em serem liderados por mulheres e quando isso acontece fazem de tudo para ela falhar.

De acordo com Araújo, “Em outras palavras, os atores partidários são analisados como sujeitos mediados por valores e percepções de gênero que marcam suas atitudes e trajetórias, mas também como agentes políticos que operam dentro de um sistema de disputa de poder, no qual o gênero, no presente, não seria a variável dependente para excluir ou incluir mulheres”, (ARAÚJO, 2010, p. 568).

O gênero tem sido um marcador de exclusão no meio político no Brasil, a mulher, por ser aquela que algum tempo atrás era vista apenas como a responsável das atividades domésticas, tem incomodado os homens machistas que a todo custo tentam impedir a ascensão da mulher nas políticas e outros segmentos sociais. Segundo Araújo: “Isso pode ser mais significativo, sobretudo, se considerarmos que mulheres são também sujeitos políticos que, por alguma via e de algum modo, estão ou estarão inseridas nos diversos processos de interação social, inclusive os políticos, embora tal inserção, como sabemos, tenda a ser mediada (e/ou obstaculizada) por sua condição de gênero”, (ARAÚJO, 2010, p. 569).

E segundo Araújo: “E isso se aplica tanto ao seu envolvimento militante, como ao peso que essa instituição exerceu como canal de organização coletiva para que essas mulheres se expressassem na esfera pública” (ARAÚJO, 2010, p. 570). As mulheres têm lutado contra a invisibilização política e de militância política que o machismo tem estabelecido contra esse grupo social, o machismo e as discussões a que se refere a esta temática sim tem sido mencionado como principal motivo que impede a participação das mulheres na política.

A cultura machista, o patriarcado tem motivos que levam ao ofuscamento das mulheres na política, bem como na dificuldade de obter apoio de todo o tipo para levar a bom porto seus projetos e agendas políticas, dentro de um espaço que historicamente foi e ainda é dominado por homens brancos e de classe média alta.

Segundo Ridenti (1990), as mulheres já enfrentam obstáculos para participar nas esferas de decisão, quer seja política ou social, desde antes mesmo da modernização do Brasil, isso porque, no Brasil, a mulher sempre foi associada aos trabalhos que não eram para homens e os

homens não podiam fazer o trabalho das mulheres até começarem as manifestações femininas que buscavam lugar e espaço que eram supostamente só lugares para homens.

As mulheres continuam sendo marcadas por esse conservadorismo, que acredita que elas não são igualmente capazes que os homens. Graças aos vários programas de inclusão de gênero motivados por países mais avançados que o Brasil e a luta constante pela igualdade social de gênero têm permitido que algumas poucas mulheres façam parte da esfera política brasileira. Precisamos alcançar números maiores que estes atuais 10% da representatividade das mulheres na política Brasileira.

Devido a fraca participação das mulheres e a indignação da ONU Mulher (2018), a representante da instituição enviada para o Brasil, procurou saber: “A gente tem realmente que perguntar o que o Brasil, os brasileiros, as brasileiras e, especialmente, os partidos políticos vão fazer para eleger pelo menos 30% de mulheres nas próximas eleições, ” destacou a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman.

Ainda, de acordo com ONU Mulheres Brasil (2018), a representante da organização Nadine Gasman disse: “Um país africano, Ruanda, está em primeiro lugar, com 61,3% de mulheres atuando na Câmara e 38,5% no Senado, conforme dados da ONU do ano passado. Em termos regionais, destacam-se os países nórdicos. A Suécia, por exemplo, tem 52,2% de parlamentares mulheres. ”

Diferente dos países citados aqui, o Brasil ainda está muito distante para atingir níveis satisfatórios para a representatividade das mulheres parlamentares e isso diz respeito também a dinâmica política em Santo Amaro/Ba, nas eleições de 2012 e de 2020, houve inclusive cidades que não elegeram mulher alguma e, em outros lugares, as que foram eleitas sofreram ameaças de mortes para desistirem do cargo que tinha alcançado nas urnas.

As mulheres continuam encontrando muitos obstáculos para entrarem e manterem-se no cenário político, no Brasil, conforme já mencionado esta situação e grandemente motivado pelo machismo e preconceitos de outras naturezas.

2.3 MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA IMPULSIONAR A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

As cotas legislativas, embora existindo, não têm beneficiado as mulheres brasileiras e principalmente as negras quando se trata de impulsionar sua trajetória política. O Brasil encontra-se na 32ª posição quando falamos de participação da mulher na política entre os 33 países Latino Americano e Caribenho.

A gritante disparidade no cenário político brasileiro permite-nos compreender como o machismo e outros tipos de preconceitos têm privado mulheres de todas as classes sociais em dar a sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que fazem parte. A Organização das Nações Unidas (ONU) recomenda que pelo menos 30% das vagas políticas/parlamentares devem ser ocupados por mulheres, metas que alguns países menos desenvolvidos que o Brasil já têm colocado em prática, com o objetivo de chegar a uma percentagem equitativa de 50/50% no cenário político brasileiro, (ONU, Mulheres Brasil, 2019).

Os 30% de participação das mulheres na política no Brasil que é recomendado pela ONU ainda está longe de ser atingido, (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018) O número de parlamentares mulheres deu um salto de 51 para 77 nas eleições de 2018 que iniciariam seus trabalhos na legislatura de 2019/2022, este número elevou de 10% para 15% o número de mulheres parlamentares. A matéria deixa claro que na legislatura 2015/2018 havia aproximadamente 10% de mulheres na política brasileira, mulheres vivem em constantemente opressão e todo o tipo de assédio que as impedem de poderem contribuir realmente com o seu saber.

O machismo tem sido um fator crítico de fracasso para as mulheres brasileiras que tentam adentrar na política. Em 2020, nas eleições municipais previa-se a participação de 30% de candidatas neste pleito em contraste dos 70% para candidatos, (ONU, Mulheres Brasil, 2019)., meta que não foi alcançada mais uma vez a retórica foi diferente da prática em quase todas as cidades do país foram eleitos mais homens para os cargos de prefeito e vereadores e é desta forma que vem sendo a muito tempo no Brasil.

Como uma forma de vencer o problema da baixa presença de mulheres no Poder Legislativo, em muitos países, foram adotadas ações afirmativas, sendo uma delas as cotas eleitorais, que seria uma reserva de uma parcela de vagas de candidatos, ou até mesmo de assentos, para mulheres. E assim, no final dos anos de 1970, foram sendo estabelecidas regras para uma porcentagem mínima de vagas para mulheres nas direções de partidos e sindicatos, até mesmo nas repartições públicas, (Miguel, 2013).

Recorrendo a Miguel (2013), salienta que, pela visão da teoria política, o sistema de cotas rompe com o princípio fundamental da ordem política liberal, a partir da concepção de indicar um determinado grupo, no caso as mulheres, para que tenha seu direito garantido nos espaços de representação. A política liberal afirma que o único sujeito do direito é o indivíduo. Sendo assim, de acordo com essa perspectiva, se as mulheres desejam se representar, se querem ingressar em partidos, disputar convenções e eleições, até mesmo realizar campanhas pelo voto

em candidatas do mesmo sexo, essa conquista pelo seu espaço deveria ser almejada por meios das opções individuais, sem nenhum aparato ou vantagens oferecidas pela lei, (Miguel, 2013).

Pois, sem impeditivos legais para acessar os cargos eletivos (legislativo e executivo), é certo que elas passassem a usufruir igualdade nesse campo, mas na maior parte do mundo são minoria na política. Entende-se que os déficits de empoderamento político das brasileiras tem reflexos em alguns diversos indicadores sociais, tais como disparidades de gênero relacionadas a saúde reprodutiva (gravidez precoce, mortalidade materna) na atividade econômica (capacitação e participação no mercado de trabalho) e no próprio empoderamento político (participação em espaços de poder e decisão).

De acordo com Miguel (2013), quando as mulheres preferem votar em homens ao invés de mulheres iguais, as mesmas não poderão depois reclamar ou queixarem-se de pouca atenção as suas demandas, sendo que muitas vezes os homens legislam sobre assunto que interesse a sua classe de gênero e social, por este motivo é importante que as mulheres passem acreditando mais nos projetos políticos de mulheres iguais para poderem fazer a diferença a favor de gênero que historicamente tem sido impedido de participar desses espaços.

As mulheres têm sua representação expressiva em mais da metade da população brasileira, mas no tocante de participação no processo eleitoral, essas ainda estão sub representadas. Mesmo depois de mais de 08 (oito) décadas da conquista pelo voto feminino, esses desafios ainda estão aí. De acordo com Soares (2019):

No ano de 1995, foi criada a Lei que regulamentou as eleições municipais de 1996. Em seu Art.11- § 3º Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres, incluindo o primeiro sistema de cotas para a candidaturas ou registro de mulheres. No ano seguinte foi sancionada a Lei nº 9.504/97 conhecida como a Lei das Eleições, na parte que trata do Registro de candidato Art.10 §3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo". (planalto.gov.br30/09/1997;) "visto que as legendas poderiam preencher essas cotas ou não, contudo não preenchendo, sempre favorecem as com candidaturas masculinas. Essa informação está condicionada à o preenchimento das vagas por homens, uma vez, acontecendo a ausência de mulheres à participação no pleito eleitoral (SOARES. 2019, p .56)

A Emenda Constitucional nº 97/2017 estabeleceu o fim das coligações partidárias nas eleições para cargos proporcionais a partir do pleito municipal de 2020. Com a medida, a luta para garantir mais espaço no cenário eleitoral às mulheres ganharam um novo alento. Isso porque, se antes o cumprimento da cota de gênero de 30% para as candidaturas se aplicava à coligação como um todo, agora ela se aplica a cada partido, individualmente, (SOARES, 2019).

Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral, é possível verificar o inexpressível crescimento de mulheres eleitas no parlamento brasileiro em três eleições gerais para os cargos de deputada federal e deputada estadual. No caso específico de Santo Amaro/BA oscila o número de vereadora eleitas nos pleitos de 2012 e 2020, conforme abaixo:

Conforme aparecem nas tabelas a seguir:

Tabela 1 - Nº de Deputadas Federais Eleitas –Brasil, (2010-2014-2018)

Cargos	Eleições 2010	Eleições 2014	Eleições 2018
Nº de Cadeiras	513	513	513
Deputadas Federais	45 eleitas	51 eleitas	77 eleitas

Elaborado por: Danila Bulcão, a partir de dados do (BRASIL; TSE, 2010, 2014, 2018)

Tabela 2 - Nº de Deputadas Estaduais Eleitas Brasil, (2010-2014-2018)

Cargos	Eleições 2010	Eleições 2014	Eleições 2018
Nº Cadeiras	63	63	63
Deputadas Estaduais	10 eleitas	07 eleitas	06 eleitas

Elaborado por: Danila Bulcão, a partir de dados do (BRASIL; TSE, 2010, 2014, 2018)

Tabela 3 - Nº de Vereadoras Eleitas – Santo Amaro-Ba (2012, 2016, 2020)

Cargos	Eleições 2012	Eleições 2016	Eleições 2020
Nº Cadeiras	15	15	15
Vereadoras de Santo Amaro	Nenhuma eleita	02 eleitas	01 eleitas

Elaborado por: Danila Bulcão, a partir de dados do (BRASIL; TSE, 2012, 2016, 2020)

Não se pode negar o avanço da legislação eleitoral no sentido de obrigar os Partidos Políticos a reservarem registros de candidaturas femininas. Mesmo assim, os resultados não tem sido os esperados. Isso porque o espaço da mulher no conjunto da sociedade ainda fica muito a desejar. Apesar do machismo e outros elementos, a presença feminina no mercado do trabalho tem aumentado mesmo que ainda em cargos muito inferiores aos homens e salários muito baixos. Mas, na política a resistência para aceitar as mulheres sem as expor ao trabalho doméstico, tem sido um grande desafio no Brasil e para as mulheres brasileiras de modo geral e em particular em Santo Amaro/BA segundo os dados do TSE.

O TSE, também realiza ações de fomento com o objetivo de valorizar a participação da mulher na política. Além de campanhas nas redes sociais e nas emissoras de rádio e TV, A

Corte Eleitoral tem adequado os textos de suas resoluções para garantir e aumentar a presença das mulheres nos espaços públicos.

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado um progresso no debate público em torno da valorização e dos direitos das mulheres. A participação feminina na política é uma das questões que têm ganhado destaque. E o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é um dos protagonistas no assunto, com iniciativas para promover a ampliação da presença das mulheres nos espaços de poder, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. (TSE, 2020).

O artigo 17 da Resolução TSE nº 23.607/2019 – que dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos, bem como sobre a prestação de contas nas Eleições 2020 – estabelece que as agremiações devem destinar no mínimo 30% do montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), também conhecido como Fundo Especial, para ampliar as campanhas de suas candidatas.

A legislação em sua Resolução Nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019, determina que o partido destine 5% do fundo partidário à formação política das mulheres e 10% do tempo de propaganda para difundir a participação feminina. § 2º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido político ou federação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada gênero, de acordo com a Lei nº 9.504/1997, art. 10, § 3º (BRASIL, 1997).

Percebe-se que, após o surgimento das leis de cotas, alguns partidos políticos começaram a buscar por candidatas laranjas, ou seja, mulheres que fazem parte de um esquema corrupto das siglas e com mais variados objetivos, podendo ser simplesmente para repasse de verbas para outro candidato, ou preenchimento da cota de gênero, entre outros aspectos. A esse respeito, a BBC Brasil veiculou uma matéria em seu site no mês de agosto de 2019, reconhecendo que as candidaturas fictícias vêm ganhando espaço, os famosos “laranjas” como é comumente usada pela população, partidos que utilizam das candidaturas femininas apenas para formular o mínimo estabelecido em lei. Sem que disponibilize verbas, visibilidade e as condições propícias para que o eleitorado as eleja. A participação eleitoral fictícia é considerada fraude eleitoral.

A política de cotas no Brasil acaba tornando-se insuficiente para alterar o cenário político atual. Tamanha disparidade de gêneros faz-se com que os interesses femininos de cunho legislativo e demais demandas sejam deixados de lado ou nem sejam criados. É possível também afirmar que a adoção de cotas para as candidaturas de mulheres contribuiu para um aumento de número de registros. Mas, no entanto, esses índices não chegam a se converter num aumento de mulheres eleitas. Demonstrando, assim, que a adoção de cotas é importante, mas

não o suficiente para uma maior representação feminina, que deve ser acompanhado de um processo de conscientização por parte dos Partidos Políticos, bem como, de medidas e mecanismos para garantir chances reais que elas possam vencer as eleições.

A ausência feminina na política traz sérios prejuízos à sociedade, pois apenas as mulheres entendem seus interesses particulares e sabem de suas lutas diárias, além de ter o conhecimento daquilo que precisa ser melhorado na sociedade para melhorar a qualidade de vida da mulher brasileira. Quantos projetos deixaram de ser apresentados, votados e aprovados pela falta de quórum feminino nas casas legislativas, propostas estas que as beneficiariam por terem sido criadas, calcadas em seus interesses individuais e coletivos? Ao submeter um projeto à análise, a mulher deixa sua marca, deixa sua vivência para apreciação da casa.

Não é apenas fazer a cota mínima de participação nas candidaturas, é fiscalizar se elas estão sendo de fato cumpridas ou se estão sendo feitas apenas para cumprir tal obrigatoriedade, sem dar ao ser feminino a mínima condição para ser votada.

Neste capítulo, abordamos sobre os perfis das mulheres e o que tem as dificultado a participarem na vida política ativa, privilégio que tem sido negado a elas por causa do seu gênero e pelo erro histórico que coloca a mulher como doméstica, aquela que cuida dos filhos, do marido e da casa, sem deixar de mencionar que aqui também foi olhado de forma geral no quadro atual da participação das mulheres na política, bem como os mecanismo que mesmo insuficientes têm sido capaz de permitir mais mulheres na política do Brasil. No segundo capítulo, falaremos da realidade política do Santo Amaro/BA, analisando sua atual conjuntura e toda narrativa em volta das possibilidades das mulheres que ali habitam e querem fazer parte da vida política para melhoria das condições da comunidade em questão.

3 CAPÍTULO 2 - A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES DE SANTO AMARO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

3.1 A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES NO RECÔNCAVO BAIANO

Analice Costa 1998 revela uma indiferença ou preconceito por parte dos partidos políticos em relação a questão de gênero, no que se poderia condicionar ao eleitorado em relação as mulheres, na Bahia. Não generalizando a todos os partidos, a autora destaca o PCB e PT como exceção histórica que estabeleceram mecanismos que facilitaram a incorporação das mulheres no partido, e a instituição do sistema de cotas em suas instancias de decisão.

Analice ressalta o destaque da Bahia em comparação a outros estados do país, que mesmo com os expressivos números de mulheres nos postos executivo e legislativo, tal condição não expressou uma mudança que revelasse um ideal, um comportamento ideológico.

Como objeto de estudo, o texto da Analice traz um comparativo da participação da mulher nas eleições municipais de 1992 no país, no qual foram eleitos 4.491 prefeitos, desse somente 178 foram mulheres. Considerando assim em números insignificante em relação a totalidade do Brasil. Longe de uma representação mais democrática, ou pelo menos equalitária com relação a distribuição do eleitorado.

Atualizando os dados para as eleições objeto dessa pesquisa, foi possível obter os seguintes dados: no pleito eleitoral de 2016, na Bahia ocorreu o registro de 34.134 candidaturas. Identificados e distribuídos da seguinte forma na tabela abaixo:

Tabela 4 - Nº de Registro de Candidaturas Apta por Cargo-Gênero -Bahia -2016

CARGO	MASCULINO	Nº %	FEMININO	Nº %
PREFEITO	948	85,10%	166	14,90%
VICE-PREFEITO	951	83,20%	192	16,80%
VEREADOR(A)	21.594	67,74%	10.283	32,26%
TOTAL	23.493		10.641	

Perante os dados de registros de candidatura na Bahia, foi identificado também as informações sobre os resultados dos candidatos eleitos no Estado por Gênero, para os cargos abaixo citados:

Tabela 5 - Nº de Candidatos eleitos por Cargo e Gênero-Bahia -2016

GÊNERO	PREFEITO	VEREADOR
MASCULINO	362	4.043
FEMININO	54	556
TOTAL	416	4599

Os dados nas tabelas acima referem-se aos registros de candidatura na Bahia, que demonstram uma grande disparidade entre os gêneros a favor dos homens. Nos registros de vereadores existe uma diferença de aproximadamente 10 mil inscrições a menos para gênero feminino. Sobre os resultados das eleições podemos analisar também a diferença de gêneros para candidatos eleitos em grande representatividade para os homens para os dois cargos pleiteados.

Considerando o cenário das eleições municipais de 2016 em Santo Amaro, como mostra a tabela abaixo foram registradas 286 candidaturas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, em amostra assim distribuídas:

Tabela 6 - Registro de Candidaturas Apta por Cargo-Gênero –Santo Amaro-Ba-2016

CARGO	PREFEITO	Nº %	VICE-PREFEITO	Nº %	VEREADOR	Nº %
MASCULINO	4	100%	3	75%	190	68,35%
FEMININO			1	25%	88	31,65%
TOTAL	4	100%	4	100%	278	100%

Nas tabelas acima, foi identificado única candidatura feminina para as eleições no Cargo de vice-Prefeita, e nenhuma para o Cargo de Prefeita. Uma disparidade nos números de inscritos que difere a candidatura de gênero feminino para cargo de vereador.

Os Resultados das eleições em Santo Amaro em 2016 resultaram nos dados da tabela abaixo:

Tabela 7 - Nº de candidatos eleitos por Cargo -Gênero-Santo-AmaBa-2016

GÊNERO	PREFEITO	VEREADOR
MASCULINO	01	13
FEMININO		02

Essa disparidade é refletida nos números de candidatos eleitos, no qual são dispostas 15 vagas para o legislativo e somente 02 foi contemplada por mulher.

Observando o número de registros de candidaturas da eleição anterior observamos um aumento na Bahia, de um pouco mais de 5 mil acessos. Nas eleições de 2020 houve o registro de 39.394 candidaturas inclusos para Cargo de Prefeito, Vice e Vereador (a). Como mostra a tabela abaixo:

Tabela 8 - N° de Registro de Candidaturas Apta por Cargo-Gênero –Bahia-2020

CARGO	MASCULINO	N° %	FEMININO	N° %
PREFEITO	1.060	85,07%	186	14,93%
VICE-PREFEITO	1.025	79,33%	267	20,67%
VEREADOR(A)	24.381	66,15%	12.475	33,85%
TOTAL	26.466		12.928	

Tabela 9 - N° de candidatos eleitos por Cargo e Gênero-Bahia -2020

GÊNERO	PREFEITO	VEREADOR
MASCULINO	362	3.952
FEMININO	51	611
TOTAL	413	4.599

Os dados nas tabelas acima referem-se aos registros de candidatura na Bahia, que demonstram uma grande disparidade entre os gêneros a favor dos homens. Nos registros de vereadores existe uma diferença de aproximadamente 12 mil inscrições a mais que difere para gênero feminino. Sobre os resultados das eleições podemos analisar também a ascensão de gêneros para candidatos eleitos em grande representatividade para os homens para os dois cargos pleiteados. Mas vale ressaltar que analisando as duas tabelas de cada ano, é possível identificar uma ascensão para os registros de candidaturas de mulheres; é evidente no que se retrata os eleitos uma estagnação entre os anos em análise para homens, uma pequena queda nos números para mulheres no cargo de Prefeita, e uma expressiva queda de eleitos vereadores para gênero masculino, eu um aumento no número de registros de candidaturas para vereadores do gênero feminino.

Partindo para o cenário de Santo Amaro, considerando o cenário das eleições municipais de 2020 foram registradas 258 candidaturas, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, em amostra na tabela abaixo assim distribuídas:

Tabela 10 - Nº de Registro de Candidaturas Aptas por Cargo-Gênero –Santo Amaro-Ba-2020

CARGO	PREFEITO	Nº %	VICE-PREFEITO	Nº %	VEREADOR	Nº %
MASCULINO	2	66,67%	2	66,67%	171	67,86%
FEMININO	1	33,33%	1	33,33%	81	32,14%
TOTAL	3	100%	3	100%	252	100%

Os Resultados das eleições em Santo Amaro em 2020 resultaram nos dados da tabela abaixo:

Tabela 11 - Nº de eleitos por Cargo-Gênero-Santo-Amaro-Ba-2020

GÊNERO	PREFEITO	VEREADOR
MASCULINO		14
FEMININO	01	01

No cenário político de Santo Amaro-Ba, destaca-se a participação de uma mulher no pleito de 2020, para concorrer ao Cargo de Prefeita. Diferente da eleição anterior que isso foi visto no cargo para vice. É visível e expressa a queda em números de registros de candidaturas no ano de 2020, no que se refere ao ano de 2016 que representava 278 versus 252. É visto também os dados que mostram uma queda de registros, que caberia uma análise de 2016 para 2020 para os homens. Em contramão as mulheres registram um aumento nos registros.

Analice Costa sinaliza que, no cenário da Bahia, a maioria da participação das mulheres na política, tinha o propósito de ajudar ou apoiar a candidatura de algum membro da família, amigo, ou correligionário; existiam também as que começaram o interesse através do registro de candidatura que o texto a denomina como candidata por iniciativa própria, a partir de uma aprendizagem política na família, decidem candidatar-se por rebeldia ou através de prestígio adquirido em alguma função pública e que são identificadas por olheiros políticos como possíveis líderes e assim são estimuladas a entrar na vida política. Há ainda aquelas que iniciaram seu interesse a partir do casamento através do exercício de primeira dama, como podemos citar o caso da atual Prefeita de Santo Amaro, no texto tendo sua denominação no que se refere aos três tipos básicos de prefeita, está considerada: prefeita-esposa que assume o lugar do marido em função de algum impedimento legal, aposentadoria compulsória, mudança de partido, exercício do mandato anterior, ou como na maioria das vezes a forma de continuar controlando o poder, (COSTA, 1998).

Por fim, tem também a versão de prestígio adquirido no exercício de papel “esposa de político” através da função de atividades assistencialistas na Secretaria de Ação Social do

município, garantindo assim a constituição de uma base eleitoral fortalecida, como vale citar a gestora do município supracitado.

A autora resgata uma informação importante no que se refere a atuação dos partidos políticos, que em sua maioria, nos municípios, não existe uma vida partidária, o mesmo é existencial como meio de garantir a legenda política necessária para as candidaturas e as articulações de grupos políticos locais no âmbito estatal e federal, não sendo considerado ambiente de formação prática e política. Ressaltando ainda a importância dos movimentos sociais que teriam mais credibilidade e atuação.

A nossa sociedade ainda está exposta a grandes desigualdades que estão configuradas por marcadores sociais e que operam nas trajetórias dos sujeitos. A partir dessa compreensão, é que se entende que essas mulheres estão inscritas em um contexto cultural que evolui outros indícios além do gênero, raça e classe.

A história oficial do Brasil está permeada por discursos do grupo político que sempre reteve o poder. A política historicamente foi vista como um espaço reservado a uma elite comandada por homens, desde cedo no surgimento das instituições políticas, do quadro do patriarcado junto à separação tradicional entre a esfera pública e a esfera privada. Segundo Aníase a autora, a desigualdade de gênero na política é um fenômeno que está relacionado a uma história marcada pela exclusão das mulheres nos espaços públicos. É contraditório pensar que, num país onde as mulheres representam 52% da população brasileira, a sua participação na arena política ainda seja muito restrita.

A partir do Golpe Militar de 1964, observamos um autoritarismo na política baiana, sob direção de Antônio Carlos Magalhães. Aníase (2016), reconhece que o Carlismo era uma forma de fazer política, de governar e de administrar a partir de métodos tradicionais de gestão centralizada e hierárquica, adotada por todos os seus participantes. Na época, essa hegemonia política era o padrão recorrente nas formas de organização do poder local, o que implicava na existência de grupos familiares reconhecidos como base de apoio político ao carlismo (ANÍASE, 2016). Era um grupo homogêneo em torno de um líder (DANTAS, 2006), tornando-se a corrente política mais forte da elite governante, que, de meados dos anos 70 até perto do final dos anos 90, exerceu hegemonia política quase ininterrupta, tanto na capital quanto no interior do Estado, (ANÍASE, 2016).

A política no Recôncavo está associada a imagem do chefe político local, em um viés patriarcal. Definindo assim patriarcado, enquanto sistema social, por meio desse termo: sistema de dominação capitalista na forma de opressão de gênero, e em particular, um modelo de poder que é instituído pelo homem branco, (ANÍASE, 2016, p.49).

O Recôncavo da Bahia é composto por 22 cidades: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. A microrregião do Recôncavo baiano, localizados em torno da Baía de Todos os Santos, tem como principal elo comum a tradição histórica.

Formando assim a identidade social dos povos que nela habitam e que retrata suas riquezas na política, cultura, na religiosidade e na luta pela identidade como forma de resistência da população negra.

Santo Amaro é um município na mesorregião Metropolitana de Salvador, no estado da Bahia. Está a 80 km da capital. Possui inúmeras construções históricas, principalmente os antigos Casarões e Igrejas. Santo Amaro é o Berço do Samba de Roda, desde os tempos coloniais, Maculelê do mestre popó, Capoeira do saudoso Besouro Cordão de ouro. A cidade é famosa nacionalmente por ter sido o local de nascimento do cantor Caetano Veloso e de sua irmã, a também cantora Maria Bethânia, Assis Valente, Baiano (O primeiro cantor, a gravar música de samba no disco de vinil), Mano Décio da Viola, Tia Ciata, Roberto Mendes, Antônio Vieira e tantos outros.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Purificação, Matriz do Rosário, Recolhimentos dos Humildes, Igreja do Senhor Santo Amaro, Igreja do Amparo, Palacete do Ex Governador Francisco de Souza Paraíso, Palacete do Conde de Subaé. Santo Amaro tem belas atrações naturais, como cachoeiras da Vitória, do Urubú, Nanã e outras tantas, grutas e praia na Baía de Todos-os-Santos. O Rio Subaé no passado era o responsável, pelo transporte fluvial de várias mercadorias, açúcar, cachaça, fumo, vinagre, farinha de mandioca, rapadura, e nos transportes de passageiros para a Salvador, outras cidades e lugarejos.

3.2 QUEM FORAM AS MULHERES CANDIDATAS E ELEITAS NA POLÍTICA DE SANTO AMARO?

Para darmos início aos estudos sobre a contribuição das mulheres no cenário político de Santo Amaro, faz necessário realizar uma pequena retrospectiva no qual é possível trazer para o centro desta discussão uma pesquisa e levantamentos de informações que comprovam a participação da mulher santo amarenses no primeiro pleito eleitoral, logo após a conquista do voto feminino em 1932, segundo fonte do Centro Referencial de Documentação de Santo Amaro, localizado na Praça Comendador Sampaio, nº10, nesta. Tendo como pesquisador, o

Senhor Raimundo Arthur Martins Souza. Foi localizado e a mim apresentado um ofício da Câmara Municipal de Santo Amaro que consta informações datadas de 03 de agosto de 1936, em seu título de assunto: Apresentação de renúncia da Senhora então Vereadora Rita Lily de Cerqueira Lima, no corpo deste ofício é identificada a escrita datilografada em que ela apresenta o pedido de renúncia ao cargo de Vereadora por motivos que sobrepondo-se a vontade dela, por situação de incompatibilidade em face das funções que lhe são subordinadas ao mandato; ofício este encaminhado ao Presidente da Câmara na época Senhor Doutor Francisco de Assis Souza. Perante do exposto e apresentado é possível um questionamento, uma vez que estamos tratando nesse objeto de estudo, quais seriam os entraves para participação e permanência da mulher na política, com foco nas eleições municipais de Santo Amaro.

Em se tratando dos termos em que foi usado: “sobrepôr à vontade própria”; “incompatibilidade decorrente as funções relativas ao exercício do mandato”; o que se pode interpretar desta Vereadora (in memoriam), o que na época, quais os motivos que associaria o uso deste termo? Trazendo este questionamento para os dias atuais, podemos analisar que os afazeres domésticos como cuidadora do lar, as responsabilidades maternas, o matrimônio, a própria questão de gênero homem e mulher, foram alicerces para esse pedido de renúncia? É uma hipótese a se pensar e analisar.

Apesar desse pedido de renúncia, as mulheres de Santo Amaro não recuaram e o seu cenário de participação na política deu continuidade alguns anos depois. Segundo estudos e pesquisas foram identificadas uma expressiva presença de gênero feminino nos pleitos eleitorais deste município objeto de estudo.

Zilda Costa Paim, foi uma das mulheres representantes do Legislativo Municipal, Nasceu em 03/08/1919 em Santo Amaro; seu currículo acadêmico e profissional abrange vasta qualificação, que perpassa desde as funções de Diretora e professora nas áreas Educação Física, de trabalhos manuais e economia doméstica na Escola Normal; 1953 a 1988 atuou na função de Secretária no Centro Educacional Teodoro Sampaio, assistente da Escola da Fé Pe. José Gomes Loureiro; atuou como delegada Escolar, Coordenadora Municipal de Educação, atuou como Coordenadora Da Merenda Escolar, Inspetora das Escolas Municipais, Encarregada de Mobilização do Mobral e Presidente do Posto Municipal do Mobral. Em 1988, aposentou-se depois de 35 anos de serviço público.

Ela também teve uma vida social e política com tamanha expressão que se desdobra em várias atribuições. Exerceu o cargo de Presidente da Ala Feminina da Sociedade Filarmônica Filhos de Apolo, Sociedade Filarmônica Lira dos Artistas, ela exerceu diversas lideranças no município em várias dimensões arte, cultura e política. E entre os anos de 1959-1963 ela foi

eleita Vereadora no Município; em 1964-1968 foi Suplente de Vereador. Em 1978-1981 foi eleita vereadora pela segunda vez; nos anos de 1980 -1981 foi eleita Presidente da Câmara de Vereadores do Município. Zilda Paim era uma mulher muito atuante e participativa em Santo Amaro, segundo fontes do seu currículo vitae, e depoimentos de pessoas que conviveram com essa ilustre personalidade santo-amarense.

Nas Atas da Câmara Municipal de Santo Amaro foram identificados o registro de candidaturas femininas no período de 1983- 1987-1992, uma vez essas que no período que ocorreram não eram lançados em sistemas tecnológicos as eleições municipais.

É importante destacar um acontecimento marcante que, ao realizar pesquisas para esse TCC, foi sabido da ocorrência de prorrogação de mandato na época da ditadura, eleição em 1976, em 1980 foi prorrogado por mais dois anos, findando o mandato em 1982; nesse ano eleitoral e tendo como mulher eleita Vereadora Carmelita Alves Cruz, vereadora por Saubara-ainda pertencente a Santo Amaro, assumiu o cargo nos anos de 1983 -1986, mas ocorreu assim uma segunda prorrogação de mandato tendo seu fim em 1988. Vale ressaltar que Saubara obteve sua emancipação política em 1989. Em 1992, Maria Cristina Nunes foi eleita vereadora.

Nas eleições de 2016, foram eleitas a vereadora Giovanna Ferreira da Costa, que, nasceu em 27 de maio de 1957, em Santo Amaro, do sexo feminino, declarada de cor Parda, solteira, com ensino superior completo, e ocupação não divulgada. E também Selma Cavalcante Silva Caldas, nasceu em 27/07/1972, em Santo Amaro, do sexo feminino, cor declarada é branca, casada e com filhos, com ensino Superior Completo, tendo como ocupação Professora do Ensino Fundamental.

Foi possível observar que o município segue os rumos do que diz a literatura sobre a sub-representação de mulheres, sendo observado que o ano em que houve o maior número de eleitas foi em 1996 com apenas 4 mulheres. Em 2008 e 2012 o município elegeu apenas homens, nos anos a seguir houve oscilação entre uma e duas eleitas.

Os registros de candidaturas femininas seguiram uma tendência de aumento a partir das eleições de 2012, sendo que em 2016 ocorreu o maior número de registros, com 88 candidatas. Essa tendência parece ter sido provocada minirreforma eleitoral de 2009 que tornou obrigatório o preenchimento de 30% de candidaturas de mulheres que, além de outras alterações, inclui reserva para mulheres no fundo partidário e no tempo de televisão (Salgado; Guimaraes; Monte-Alto, 2015). Infelizmente esse aumento de candidaturas veio acompanhado também de um aumento de "candidaturas artificiais", porque identificamos candidaturas de mulheres que foram apurados de zero a dois votos em seu resultado final, sendo que houve candidatas que não obtiveram nem o próprio voto. A partir de 1996, foi possível encontrar os dados no Tribunal

Superior Eleitoral. O gráfico abaixo mostra os dados de candidaturas femininas de 1996 a 2020 em Santo Amaro.

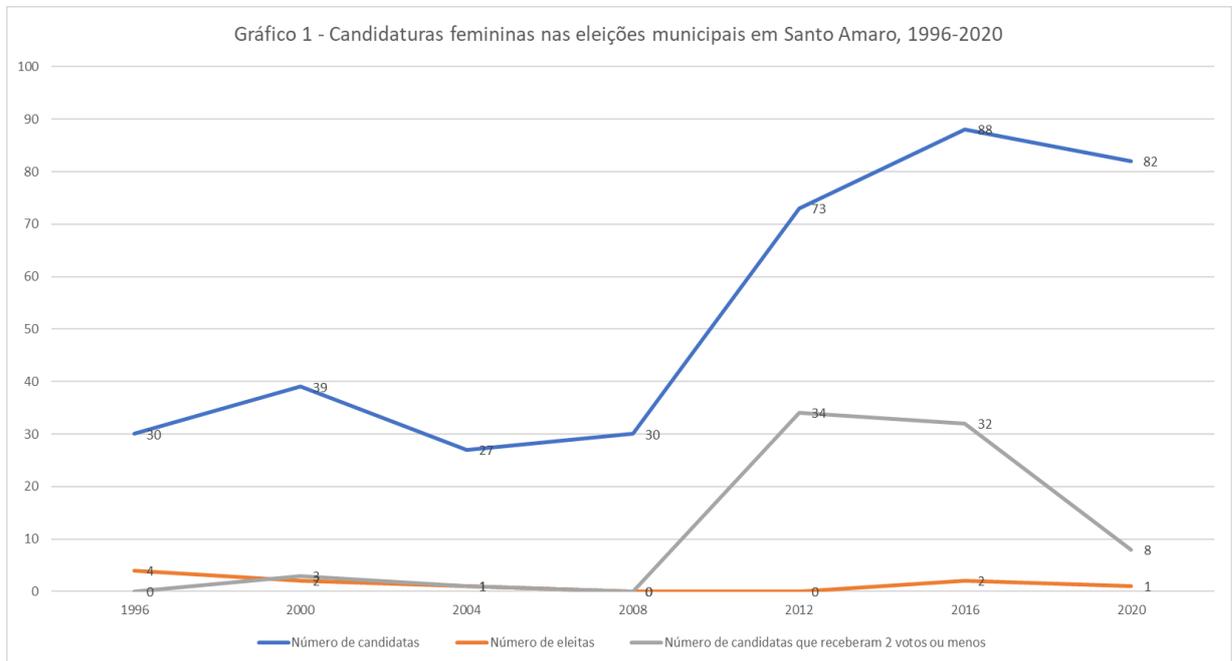


Gráfico extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Em 1996 tivemos uma grande expressão de votos para candidata eleita vereadora Josélia Neres que tinha uma grande influência no município, pois exercia a profissão de enfermeira, e era considerada uma bem feita da época.

Tabela 12 - Resultado das eleições de 1996- Santo Amaro-Ba

CANDIDATO	PARTIDO	Nº VOTOS	APTIDAO
JOSÉLIA NERES	PDT	540	ELEITA
MARIA DA ANUNCIAÇÃO DO NASCIMENTO	PT DO B	416	ELEITA
RAIMUNDA PAIM	PFL	333	ELEITA POR MÉDIA
JULIETA ARAUJO DO FIGUEREDO	PSC	264	NÃO ELEITA
HELOINA PEREIRA DA ANUNCIAÇÃO	PFL	259	SUPLENTE
VIRGINA LUCIA MONTEIRO	PPB	234	ELEITA POR MEDIA
JULIETA MONIZ	PFL	201	SUPLENTE
EVANILDES SILVA DOS SANTOS	PPB	149	SUPLENTE
MARIA DA PAZ BATISTA	PRP	121	N ELEITA
HELENA MARIA P. DA COSTA	PSN	108	N ELEITA

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Logo nos anos 2000 tivemos outras mulheres eleitas, mas em destaque Maria da Anunciação também enfermeira e funcionária do estado, adepta em sua religião a igreja universal, conhecida por todos como Mariá, exerceu dois mandatos (1996-2000).

Tabela 13 - Resultado das eleições de 2000-Santo Amaro-Ba

CANDIDATO	Nº VOTOS	PARTIDO	APTIDAO
Mª ANUNCIACAO NASCIMENTO	459	PT DO B	ELEITA
RAIMNUDA PAIM	355	PST	ELEITA
VIRGINIA LÚCIA LOPES	309	PT DO B	SUPLENTE
JOSELIA NERES	290	PFL	SUPLENTE
HELOÍNA PEREIRA	199	PT DO B	SUPLENTE
EVANILDES S. DOS SANTOS	157	PMDB	SUPLENTE
HELOINA C.ESQUIVEL	148	PSD	SUPLENTE
TEREZINHA MUTTI	127	PFL	SUPLENTE
LUCIANA O.SAMPAIO	113	PSB	SUPLENTE
NOEMIA FARIAS	107	PT	SUPLENTE
TANIA REGINA VINHAS	103	PST	SUPLENTE

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Nas eleições de 2004 foi eleita única vereadora Maria Cristina Nunes, originaria e representante do distrito de Acupe, tendo sua função de educadora.

Tabela 14 - Resultado das eleições de 2004-Santo Amaro-Ba

CANDIDATO	Nº VOTOS	PARTIDO	APTIDAO
MARIA CRISTINA NUNES	726	PFL	ELEITA
ANA JULIETA M.MELO	433	PHS	SUPLENTE
MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA	260	PHS	SUPLENTE
MAGALI COSTA	232	PSB	SUPLENTE
HELOINA C.ESQUIVEL	142	PSL	SUPLENTE
ADELIA CECILIA DOS SANTOS	129	PL	SUPLENTE
ANA LUCIA BARAUNA	117	PP	SUPLENTE
MARIA ANUNCIACAO DO NASCIMENTO	103	PTC	SUPLENTE
MARIA AUX. P.MENEZES	77	PSDC	NÃO ELEITO
ANA CLAUDIA BOUÇAS	72	PSL	SUPLENTE

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Nas eleições de 2016, foram eleitas a vereadora Giovanna Ferreira da Costa, que, nasceu em 27 de maio de 1957, em Santo Amaro, do sexo feminino, declarada de cor Parda, solteira, com ensino superior completo, e ocupação não divulgada. E também Selma Cavalcante Silva Caldas, nasceu em 27/07/1972, em Santo Amaro, do sexo feminino, cor declarada é branca, casada e com filhos, com ensino Superior Completo, tendo como ocupação Professora do Ensino Fundamental.

Tabela 15 - Resultado das eleições de 2016-Santo Amaro-Ba

CANDIDATO	Nº VOTOS	PARTIDO	APTIDAO
GIOVANNACOSTA	648	PRTB	ELEITA
SELMA CALDAS	643	PC DO B	ELEITA
LUANA CARVALHO	459	PT	SUPLENTE
MARCIA MARIA DE FREITAS	357	PRTB	SUPLENTE
IVONE DO TRAPICHE	337	PRTB	SUPLENTE
ANDREA GONZALEZ	260	PMDB	SUPLENTE
MATILDE ALMEIDA	210	PHS	SUPLENTE
JACYARA MARTINS	175	PC DO B	SUPLENTE
FLAVIA REIS	166	PT	SUPLENTE
JANICE BRANDAO	153	PR	SUPLENTE
WANCYR SALLES	130	PRTB	SUPLENTE
LUIZA DA FARMACIA	126	PT	SUPLENTE
Prof. ^a ROSILDA	103	PT	SUPLENTE
RENATA LORDELO	100	DEM	SUPLENTE
Prof. ^a ZILDA	94	PSD	SUPLENTE

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Nas eleições de 2016, conforme tabela acima, foram eleitas a vereadora Giovanna Ferreira da Costa, que, nasceu em 27 de maio de 1957, em Santo Amaro, do sexo feminino, declarada de cor Parda, solteira, com ensino superior completo, e ocupação não divulgada. E também Selma Cavalcante Silva Caldas, nasceu em 27/07/1972, em Santo Amaro, do sexo feminino, cor declarada é branca, casada e com filhos, com ensino Superior Completo, tendo como ocupação Professora do Ensino Fundamental.

Tabela 16 - Resultado das eleições de 2016-Santo Amaro-Ba

CANDIDATO	Nº VOTOS	PARTIDO	APTIDAO
JULIANA DA PESCA	727	PSB	ELEITA
GIOVANNA COSTA	483	PL	NÃO ELEITA
LUANA CARVALHO	408	PT	NÃO ELEITA
ZENAIDE	140	PDT	SUPLENTE
LEILA SILVA	105	PSD	SUPLENTE
PASTORA CRISTIANE	86	AVANTE	SUPLENTE
JACI ENFERMEIRA	86	DEM	SUPLENTE
GALEGA TANQ.SENZALA	76	PT	NÃO ELEITA
IRIS OLIVEIRA	59	PSD	NÃO ELEITA
JUSSARA NV.CONQUIST	55	PSDB	NÃO LEITA
PASTORA ELIELMA	54	PL	NÃO ELEITA
Prof. ^a ANA RITA	52	PSD	NÃO ELEITA
QUÉZIA CAVALCANTE	48	PRTB	NÃO ELEITA
FABIANA DE SERGIPE	46	AVANTE	NÃO ELEITA
TIA PATY	44	PP	NÃO ELEITA

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Nas eleições de 2020, destaca-se a única eleita - Juliana Nascimento de Sena Medeiros, com nome de urna: Juliana da Pesca. Ela nasceu em 17/03/1987, em Santo Amaro, declara ser de cor Parda, é casada, possui Ensino Médio Completo e tem como sua ocupação pescadora. Juliana da Pesca, nasceu no distrito de Santo Amaro-São Braz, começou a trabalhar na Colônia de pescadores Z-27, no distrito de Acupe, atuando como secretaria para auxiliar seu pai que era presidente e de certo modo exercendo o contato direto com os pescadores e marisqueiras; logo mais com a candidatura de seu genitor a vereador ela se candidatou a presidente da mesma e por influência paterna tornou-se Presidente também e com passar dos anos e serviços prestados pôs a ingressar na política seguindo dando prosseguimento o exemplo do seu pai que também exerceu cargo de vereador em eleição anteriores.

O presente trabalho de final do curso limita-se na análise dos pleitos eleitorais dos anos 2016 e 2020, as eleições anteriores acima apresentadas formam uma base para estudos e supostas conclusões para análises qualitativas e quantitativas. É curioso quando observamos a tabela da participação da mulher nas eleições de 1996, no qual percebe-se a disparidade entre a quantidade de candidaturas aptas e a expressão de candidatas eleitas. Em 1996, ocorreu a inscrição de 30 mulheres e 04 foram escolhidas por meio do voto para ocupar as cadeiras no legislativo de Santo Amaro. O perfil delas era de mães de família, atuavam ativamente na área

da saúde nos bairros e principalmente no município em geral; tinha também influência por partes de seus maridos conhecido segundos informações e relato do senhor Miguel Vinhas- ex vereador do Município.

Subindo um pouco para as eleições dos anos 2000, observa-se um crescimento das candidaturas femininas (39), mas ocorreu uma redução para 02 (duas) candidatas eleitas no município. Nas eleições de 2004 somente 27 mulheres registraram candidatura para esse pleito, e 01 conseguiu se eleger, observa-se já uma oscilação no que se trata a observância para esse estudo, o que estaria por trás dessa variação? E assim vamos em frente para o quadro da participação da mulher nas disputas na eleição de 2008 e 2012, em que se observa também o registro de 103 mulheres nas duas eleições e nenhuma conseguiu conquistar uma cadeira no legislativo. É preciso analisar essa situação. Já nas eleições de 2016-2020 quebramos um tabu dos anos anteriores no qual conseguimos eleger duas vereadoras em 2016 e uma em 2020, mesmo sendo um número bem abaixo do que se poderia alcançar. Vale ressaltar a questão de inscrição para o cargo de Prefeito (a), que nesse pleito tivemos uma candidatura feminina contra duas candidaturas masculinas, um sendo candidato a reeleição.

Na eleição de 2020, Santo Amaro teve eleita a primeira Mulher Prefeita do município, Alessandra Gomes do Carmo, que nasceu 19/12/1975, é natural de São Paulo, auto declarada parda, casada, com ensino Médio Completo, empresária na área farmacêutica, foi eleita pelo Partido Social Democrático-PSD.

Quando o assunto é citar raça/cor, a tabela abaixo no ano de 2016, apresenta uma predominância no número de autodeclarados pardos para ambos os gêneros, a cor preta também segue a mesma equivalência. A cor branca e amarela segue em número bem irrisório.

Tabela 17 - Raça/Cor 2016-Santo Amaro-BA

Gênero	Cor/Raça	Quantitativo
Masculino	Branca	6
	Preta	71
	Parda	119
	Amarela	1
Total		197
Feminino	Branca	2
	Preta	35
	Parda	51
	Amarela	1
Total		89
Total geral		286

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Foi analisado a condição de estado civil dos candidatos por gênero, no ano de 2016 no qual foi identificado um índice alto de homens declarados solteiros (97) versus (42) mulheres nessa condição. Os dados para os declarados casados também sofrem uma disparidade (83) para homens e 43 para mulheres.

Tabela 18 - Estado civil 2016-Santo Amaro-BA

Gênero	Estado civil	Quantitativo
Masculino	Solteiro(a)	97
	Casado(a)	83
	Viúvo(a)	2
	Separado(a) judicialmente	3
	Divorciado(a)	12
Total		197
Feminino	Solteiro(a)	42
	Casado(a)	34
	Viúvo(a)	4
	Separado(a) judicialmente	1
	Divorciado(a)	8
Total		89
Total geral		286

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

O grau de instrução 2016 foi analisado para termos ideia de como se encontra as condições educacionais desses/as candidatos/as a exercer papel importante no cenário de representação política na cidade, constatando assim que, em sua maioria, masculinos homens possuem sua formação acadêmica no ensino médio completo com 111 inscritos, em segundo lugar os que possuem ensino superior completo totalizam 20, e 16 para o superior incompleto; 19 possuem o ensino médio incompleto, 16 o ensino fundamental incompleto. Diante dos números de candidatos vale observar o número baixo para aqueles que se considerou a condição de ler e escrever (4), importante essa observação que podemos fazer uma comparação que pessoas mais esclarecidas estão aderindo a essa participação na política.

Observando os dados no que diz respeito às mulheres e seu grau de instrução educacional. Do total de 89 mulheres, 50 declararam ter o ensino médio completo, 18 possuem o superior completo, e para o nível superior incompleto 7 registros, e 6 para ensino médio incompleto. Toda essa disparidade podemos atrelar a condição de vida entre gêneros, a relação do patriarcado em que as mulheres foram vistas para o trabalho doméstico, para o cuidado do lar, enquanto o homem teve as condições para estudar e trabalhar, assim sendo mais oportunidades de inserção no ensino.

Tabela 19 - Instrução 2016-Santo Amaro-BA

Gênero	Grau de instrução	Quantitativo
Masculino	Lê e escreve	4
	Ensino Fundamental incompleto	11
	Ensino Fundamental completo	16
	Ensino Médio incompleto	19
	Ensino Médio completo	111
	Superior incompleto	16
	Superior completo	20
	Total	
Feminino	Lê e escreve	2
	Ensino Fundamental incompleto	6
	Ensino Fundamental completo	3
	Ensino Médio incompleto	3
	Ensino Médio completo	50
	Superior incompleto	7
	Superior completo	18
	Total	
Total geral		286

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Analisando a tabela de ocupação dos candidatos ao pleito eleitoral de 2016, foi possível analisar dos 286 candidatos, 197 masculinos e 89 femininos uma diversidade de profissões engajadas no cenário político. Sendo assim aposentados, estudantes, motorista particular e coletivo de passageiros e pescador para homens, funções essas associadas ao uso da força; já as mulheres se revelam na ocupação de Professoras do Ensino Fundamental, enfermeiras, comerciante, técnicas de enfermagem e auxiliar de escritórios trazendo uma característica própria do patriarcado, em que as mulheres eram designadas aos cuidados do outro. Se observa um exposto índice de enfermeiras, comerciante, professoras, dona de casa e uma taxa alta de outros assim não declarados.

Tabela 20 - Ocupação 2016-Santo Amaro-BA

Gênero	Ocupação	Quantitativo
Masculino	Agente de Saúde e Sanitarista	2
	Administrador	1
	Advogado	1
	Atendente de Lanchonete e Restaurante	1
	Professor de Ensino Superior	2
	Técnico Contabilidade, Estatística, Economia Doméstica e Administração	2
	Técnico de Laboratório e Raios X	1
	Cientista Político	1
	Produtor de Espetáculos Públicos	2
	Cantor e Compositor	1
	Músico	1
	Comerciante	7
	Comerciário	4
	Estofador	1
	Motoboy	2
	Padeiro, Confeiteiro e Assemelhados	1
	Policial Militar	6
	Professor e Instrutor de Formação Profissional	1
	Representante Comercial	1
	Técnico de Enfermagem e Assemelhados (Exceto Enfermeiro)	1
	Vigilante	7
	Empresário	2
	Professor de Ensino Fundamental	4
	Vereador	4
	Serventuário de Justiça	1
	Servidor Público Federal	1
	Servidor Público Municipal	5
	Auxiliar de Escritório e Assemelhados	2
	Bancário e Economiário	1
	Corretor de Imóveis, Seguros, Títulos e Valores	1
	Vendedor de Comércio Varejista e Atacadista	2
	Encanador, Soldador, Chapeador e Caldeireiro	6

Gênero	Ocupação	Quantitativo
Masculino	Montador de Estrutura Metálica	1
	Motorista de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	8
	Motorista Particular	8
	Mecânico de Manutenção	1
	Protético	1
	Agricultor	1
	Pescador	3
	Operador de Aparelhos de Produção Industrial	1
	Eletricista e Assemelhados	3
	Trabalhador de Construção Civil	2
	Carpinteiro, Marceneiro e Assemelhados	2
	Aposentado (Exceto Servidor Público)	12
	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	7
	Outros	72
Total		197
Feminino	Enfermeiro	5
	Administrador	2
	Professor de Ensino Superior	1
	Comerciante	1
	Padeiro, Confeiteiro e Assemelhados	1
	Pedagogo	1
	Técnico de Enfermagem e Assemelhados (Exceto Enfermeiro)	5
	Professor de Ensino Fundamental	10
	Professor de Ensino Médio	2
	Servidor Público Municipal	1
	Auxiliar de Escritório e Assemelhados	2
	Recepcionista	1
	Cabeleireiro e Barbeiro	1
	Dona de Casa	11
	Pescador	2
	Trabalhador Rural	1
	Eletricista e Assemelhados	1
	Aposentado (Exceto Servidor Público)	4

Gênero	Ocupação	Quantitativo
Feminino	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	8
	Outros	29
Total		89
Total geral		286

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Analisando as condições e os números que remeteram a participação da mulher no cenário eleitoral no ano de 2020, pode-se fazer uma comparação de informações desde os números de inscritos para concorrer a candidatura sendo que foram inscritas 175 candidaturas gênero masculino e 83 para gênero feminino, daí já observa a desproporção de inscritos. Foi analisado a questão do auto declaração de cor/raça em que 103 inscritos homens se auto declararam pardas, em segundo lugar 68 se consideraram preta, e logo em seguida em sua minoria 4 inscrições para brancas. Observando o cenário entre mulheres houve um aumento entre a auto declaração preta e parda sendo assim resultando 29 x 54.

Tabela 21 - Raça/Cor 2020-Santo Amaro-BA

Gênero	Cor/Raça	Quantitativo
Masculino	Branca	4
	Preta	68
	Parda	103
Total		175
Feminino	Preta	29
	Parda	54
Total		83
Total geral		258

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Tabela 22 - Estado civil- 2020-Santo Amaro-BA

Gênero	Estado Civil	Quantitativo
Masculino	Solteiro(a)	90
	Casado(a)	70
	Viúvo(a)	1
	Separado(a) judicialmente	2
	Divorciado(a)	12
Total		175
Feminino	Solteiro(a)	57
	Casado(a)	18
	Viúvo(a)	5
	Separado(a) judicialmente	1
	Divorciado(a)	2
Total		83
Total geral		258

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

A pesquisa analisou o estado civil desses candidatos (as). E foi possível analisar que há um número expressivo de candidatos homens declarados solteiros (90), logo em seguida um pouco distante para casados (70) e numa terceira condição a situação de divorciado. Mas quando se trata do estado civil das mulheres, não observa tanta alternância, pois as mesmas expressam 57 declarações de solteira, 18 casadas e, diferente dos homens, a condição de viúva ultrapassa índice divórcio.

Tabela 23 - Grau de Instrução -2020-Santo Amaro-BA

Gênero	Grau de instrução	Quantitativo
Masculino	Ensino Fundamental incompleto	21
	Ensino Fundamental completo	19
	Ensino Médio incompleto	11
	Ensino Médio completo	95
	Superior incompleto	3
	Superior completo	26
Total		175
Feminino	Lê e escreve	1
	Ensino Fundamental incompleto	3

	Ensino Fundamental completo	6
	Ensino Médio incompleto	5
	Ensino Médio completo	49
	Superior incompleto	3
	Superior completo	16
Total		83
Total geral		258

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

Analisando o grau de instrução de gênero observa-se uma tendência de 95 inscritos masculinos com formação em nível médio, 26 para nível superior, 21 para nível fundamental incompleto, 19 para nível fundamental completo e 11 para nível médio incompleto. A análise para gênero feminino indica 49 mulheres com formação no ensino médio completo, 16 com nível superior, 3 para ensino superior incompleto, 6 para ensino fundamental completo. Analisando os fatores de grau de instrução é cabível ressaltar que as mulheres estão mais aptas nas funções de cuidado no qual citamos as áreas de educação, saúde e principalmente o cuidado doméstico.

Tabela 24 - Ocupação 2020-Santo Amaro-BA

Gênero	Ocupação	Quantitativo
Masculino	Engenheiro	3
	Agente de Saúde e Sanitarista	1
	Enfermeiro	2
	Administrador	5
	Advogado	2
	Professor de Ensino Superior	1
	Técnico Contabilidade, Estatística, Economia Doméstica e Administração	2
	Técnico de Mecânica	1
	Técnico de Eletricidade, Eletrônica e Telecomunicações	1
	Cobrador de Transporte Coletivo	1
	Cantor e Compositor	1
	Músico	2
	Comerciante	13

Gênero	Ocupação	Quantitativo
	Motoboy	4
	Padeiro, Confeiteiro e Assemelhados	1
	PoliciaI Militar	1
	Produtor Agropecuário	1
	Professor e Instrutor de Formação Profissional	1
	Serralheiro	2
	Vigilante	2
Masculino	Empresário	1
	Professor de Ensino Fundamental	1
	Professor de Ensino Médio	2
	Vereador	3
	Agente Administrativo	6
	Serventuário de Justiça	1
	Servidor Público Estadual	1
	Servidor Público Municipal	7
	Auxiliar de Escritório e Assemelhados	1
	Vendedor Pracista, Representante, Caixeiro-Viajante e Assemelhados	2
	Vendedor de Comércio Varejista e Atacadista	1
	Porteiro de Edifício, Ascensorista, Garagista e Zelador	1
	Cabeleireiro e Barbeiro	3
	Encanador, Soldador, Chapeador e Caldeireiro	6
	Montador de Estrutura Metálica	1
	Motorista de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	1
	Motorista de Veículos de Transporte de Carga	2
	Motorista Particular	8
	Mecânico de Manutenção	1
	Protético	1
	Agricultor	2
	Pescador	8
	Eletricista e Assemelhados	3
	Carpinteiro, Marceneiro e Assemelhados	1
	Aposentado (Exceto Servidor Público)	10

Gênero	Ocupação	Quantitativo
	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	1
	Outros	53
Total		175
Feminino	Agente de Saúde e Sanitarista	1
	Enfermeiro	1
	Farmacêutico	1
	Comerciante	4
	Cozinheiro	1
	Pedagogo	3
	Professor e Instrutor de Formação Profissional	2
	Representante Comercial	1
	Técnico de Enfermagem e Assemelhados (Exceto Enfermeiro)	3
	Empresário	1
	Professor de Ensino Fundamental	2
	Professor de Ensino Médio	1
Gênero	Ocupação	Quantitativo
Feminino	Vereador	1
	Auxiliar de Escritório e Assemelhados	1
	Vendedor Pracista, Representante, Caixeiro-Viajante e Assemelhados	3
	Vendedor de Comércio Varejista e Atacadista	3
	Manicure e Maquilador	3
	Motorista de Veículos de Transporte de Carga	1
	Dona de Casa	1
	Pescador	5
	Trabalhador Rural	1
	Servidor Público Civil Aposentado	1
	Aposentado (Exceto Servidor Público)	6
	Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	2
	Outros	34
Total		83
Total geral		258

Tabela extraída do site: <https://www.tse.jus.br/>

A pesquisa analisou a ocupação de gênero observando que 53 dos candidatos homens não identificaram sua real ocupação, um levantamento bem próximo no que se diz respeito as candidaturas de mulheres, pois a mesma atribui um número de 34 ocupações não declaradas, 13 homens atribuíram-se ser comerciantes a favor de 4 mulheres, 10 deles são aposentados para 08 mulheres. Pode-se perceber através da tabela abaixo a conjuntura diversa de profissões assimiladas ao gênero, A mulher tem sua condição associada as diversas ocupações, mas a s principais está condicionada ao cuidado das pessoas.

E esse cenário em informações e números que se conclui a disparidade de gêneros em diversas aéreas para inserção no pleito eleitoral no município de Santo Amaro.

O Governo Municipal de Santo Amaro passou por um período de grande ebulição entre os anos de 2012 e 2016, quando estiveram à frente da administração o ex-prefeito Ricardo Machado (PT). Ele foi afastado e preso, sendo indiciado um dos alvos da Operação Adsumus, deflagrada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA) no ano de 2017. Essa ação teve como objetivo reprimir delitos contra a administração pública, lavagem de dinheiro, licitações e contratos fraudulentos praticados entre os anos de 2012 - 2016, tanto na Prefeitura de Santo Amaro, quanto na Prefeitura de Muritiba, também no recôncavo. Ricardo Machado (PT) é acusado de fazer parte de um esquema que teria desviado cerca de 20 milhões da Prefeitura de Santo Amaro, segundo o MP. Além disso o ex-prefeito também teria desviado outros 2 milhões, através de compra de combustíveis em um posto escolhido por ele para apuração do crime de corrupção. Concorreram à eleição para Prefeito no ano de 2016 os candidatos: Flaviano Bomfim (DEM) e na outra chapa de oposição Léo Pacheco (PT).

Flaviano foi eleito através de uma coligação formada pelos seguintes principais partidos do município: DEM, PSDB, MDB, PP.

Nesta eleição como sempre, os partidos cumpriram as exigências da lei, quanto ao número mínimo de mulheres nas diversas chapas de candidatos à Câmara de Vereadores. Mas para as 15 (quinze) vagas existentes, apenas 02 (duas) foram eleitas mulheres: Giovanna Costa (PRTB) com 648 votos, e Selma Caldas com 643 votos. O fato novamente se repetiu nas eleições de 2020, mas agora, foi apenas uma mulher eleita Juliana da Pesca (PSB) com 727 votos válidos. Esse grave problema de ausência da mulher na política é um fato a ser analisado diante da realidade social da mulher brasileira, da mulher santo-amarense, o qual o foco desse objeto de estudo, em todos os seus aspectos conhecidos, em pesquisa foi identificado o número de 81 mulheres que pleitearam as eleições do ano de 2016, e apenas 2 conseguiram se eleger com votação mediana. Logo no pleito eleitoral de 2020 identificamos o cadastro de 71

candidatas mulheres para concorrer as vagas na Câmara de vereadores do Município, sendo eleita 1. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral-Ba (2016-2020).

Poderíamos dizer que a presença de uma mulher na Prefeitura de Santo Amaro, pudesse significar uma vitória feminista, mas não é exatamente isto. Pois todos sabem que a vitória dela se deu em maior parte, ao fato dela ser esposa do ex-prefeito Ricardo Machado. E não pela questão de gênero ou de militância sócio-política.

Todavia, podemos citar a presença de mulheres que marcaram, ou ainda marcam a vida do município, como seguem: Amélia Rodrigues, quando educadora de renome nacional, Zilda Paim, professora, pesquisadora e primeira mulher vereadora, Luzaúrea de Lourdes Ferreira Pinto, educadora, Luisinha Pedreira, grande benfeitora social, e finalmente D.Canô, presença inquestionável no cenário nacional, cuja lembranças ainda emocionam o povo santamarense. Sente-se que ainda é necessário o esforço para aumentar a participação da mulher na política partidária de Santo Amaro, com a filiação de pessoas comprometidas, interessadas a militância política.

4 CONCLUSÃO

Este Trabalho de Conclusão do Curso visou buscar e analisar a participação das mulheres da cidade de Santo Amaro/BA nos pleitos de 2016 e 2020, tendo em conta as minhas vivências no meio político da cidade e os dados extraídos no site do Tribunal Superior Eleitoral e outras fontes. Desta forma, minha pesquisa concentrou o olhar para o interior da cidade e sobre todas as variantes que têm sido de determinantes para a não participação em um número expressiva das mulheres na vida política da cidade.

Tendo em conta as minhas pesquisas, foi possível notar que o machismo e o patriarcado tem sido fator crítico de fracasso quando o assunto é a participação das mulheres na política, apesar de já existir vários avanços locais para incentivar as mulheres na vida política ativa, muitos tem sido os fatores que dificultam a sua plena ação neste meio, cenário que historicamente sempre foi ocupado por homens, porém, foi possível notar que as mulheres têm assumido cada vez mais protagonismo na política local e os dados apurados mostram isso, um número ainda reduzido, mas maior que do passado.

Mesmo com todos estes percalços é possível notar na pesquisa que hoje a cidade tem uma mulher no comando do executivo, mesmo alguns acreditarem que ela esta sendo manipulada pelo esposo que também já foi gestor da cidade. O fato de ser uma mulher que saiu vencedora no último pleito motiva outras mulheres a buscarem este mesmo caminho que as permitirá trabalhar a favor da comunidade, ainda assim, precisamos entender que os entraves para a participação na vida política das mulheres ainda são visíveis.

Pelo que eu pude observar sobre os entraves na participação da mulher na política, vale ressaltar que existe uma rede de entraves; quando cito rede, o faço para expressar o entrelaçamento desses. Na pesquisa foram analisados os entraves principalmente de gênero que diz respeito a essa diferença homem–mulher, em que ainda predomina em alguns casos o patriarcado, por mais que existam também a questões de raça, ocupação e formação acadêmica.

Desta forma, as mulheres precisam lidar com muitos fatores que as afasta dos espaços que nós temos os mesmos direitos de ocupar, mas a sociedade que temos hoje, apesar dos avanços, ainda olha a mulher como aquela que tem um lugar específico para estar e não é aonde homens estão. Segundo o que se observa tanto agora como olhando de forma profunda na história é que as mulheres só passaram a exercer o direito de voto em 1933. Desde sempre, as mulheres foram reclusas em um espaço muito limitado, um espaço que os homens não queriam ocupar e que as mulheres não queriam estar apenas ali.

Também foi possível notar que as mulheres para serem eleitas ou aceitas de forma unânime precisam esforçar-se muito mais que os homens, ou seja, precisa provar que apesar de ser mulher é alguém capaz, já que muitos homens acham que a mulher não é capaz pelo simples fato de ser mulher, mesmo sendo obrigatório que 30% dos candidatos devem ser mulheres, muitos partidos tem preenchido essas vagas com mulheres que não têm intenção de se eleger e as usam apenas para cumprir com a obrigatoriedade do TSE e os tribunais eleitorais regionais.

Estudar os anos 2016 e 2020 foi muito conveniente para mim porque foi nestes dois pleitos que se registrou um número significativo de mulheres com intenção de se candidatar e até mesmo de candidatas, porém estudar os anos anteriores ou ter explorados dados de outros pleitos diferente do que foi focalizado na pesquisa nos daria uma melhor consistência para a compreensão da histórica relativa à participação das mulheres na política local.

Para que a pesquisa não fosse muito exaustiva e porque a academia exige recortes para uma melhor construção de ideia, o período que observei traz dados ricos e sustentados para a construção de um diálogo em torno deste assunto dentro do espaço geográfico que ocupa a cidade de Santo Amaro/BA e de forma geral no Brasil.

Contudo, a pesquisa é muito promissora, pois, ela apresenta em seu corpo os processos que as mulheres de forma geral e de forma recortada as mulheres de Santo Amaro/BA precisaram passar ou ainda passam para demarcar seus espaços em lugares e instituições que durante muito tempo foi dominado e ocupados por homens primeiro brancos, ricos e machistas, logo depois por um cenário de homens mais mesclados entre brancos, pardos e pretos, ainda mantendo a hegemonia masculina. Mas ainda assim, as mulheres não desistiram de brigar por uma fatia deste bolo que de forma seletiva era distribuído para um grupo de pessoas que acreditavam que lugar de mulher é cuidar da casa.

REFERÊNCIAS

BRASIL; Cnn. **BRASIL É 142º NA LISTA INTERNACIONAL QUE APONTA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA.** Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/brasil-e-142-na-lista-internacional-que-aponta-participacao-de-mulheres-na-politica/>. Acesso: 15 de Set. de 2022.

BRASIL; Camara Legislativa. **PRIMEIRA DEPUTADA INDÍGENA ELEITA TEM COMO PRIORIDADE A DEFESA DA INCLUSÃO E DA SUSTENTABILIDADE.**

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546065-primeira-deputada-indigena-eleita-tem-como-prioridade-a-defesa-da-inclusao-e-da-sustentabilidade/>. Acesso: 01 de abr. 2022

ONU; Mulheres Brasil. **LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/lideranca-e-participacao/>. Acesso: 15 set. 2022.

Revista; Exame. **10 PAÍSES ONDE AS MULHERES TÊM MAIS PODER NA POLÍTICA.** Disponível em: <https://exame.com/mundo/10-paises-onde-as-mulheres-tem-mais-poder-na-politica/>. Acesso: 02 set. 2022.

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Agosto/fim-das-coligacoes-para-eleicoes-proporcionais-aumenta-as-chances-de-mais-mulheres-na-politica>

BRASIL, Câmara dos Deputados. **BANCADA FEMININA NA CÂMARA SOBE DE 51 PARA 77 DEPUTADAS.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>.

SALGADO, Eneida; GUIMARÃES; Guilherme; MONTE-ALTO, Eric. Cotas de Gênero na Política: Entre a História, as urnas e o parlamento. *Gênero & Direito*, n.3, 2015.

BLAY, Eva Alterman. **UM CAMINHO AINDA EM CONSTRUÇÃO:** A igualdade de oportunidades para as mulheres. *Revista USP*, n. 49, 2001, p. 82-97.

Costa, Ana Alice Alcantara. **AS DONAS NO PODER:** Mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA -Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.

SANTOS, Rubenilda Sodré dos. **CULTURA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO NO RECÔNCAVO BAIANO HOJE:** uma análise sobre Cachoeira e São Felix. [s.n.]. Bahia. 2009.

ANIAS, Elane Conceição. **GÊNERO, RAÇA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:** trajetória de mulheres negras no campo político do recôncavo da Bahia (2012 – 2016). Dissertação. Cachoeira/BA. 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **FEMINISMO E POLÍTICA:** uma introdução. Boitempo Editorial, 2015.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES:** uma revisão crítica da bibliografia. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 80, 2015. p. 103-117.

PHILLIPS, Anne. **DE UMA POLÍTICA DE IDEIAS A UMA POLÍTICA DE PRESENÇA?** Revista Estudos Feministas, v. 9, p. 268-290, 2001.

ARAÚJO, Clara. **ROTAS DE INGRESSO, TRAJETÓRIAS E ACESSO DAS MULHERES AO LEGISLATIVO:** um estudo comparado entre Brasil e Argentina. Revista Estudos Feministas, v. 18, 2010, p. 567-584.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **TEORIA POLÍTICA FEMINISTA E REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA:** uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados. Dissertação, São Paulo. 2017

MATOS, Marlise. **A SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NA CHAVE DE SUA SUBTEORIZAÇÃO NA CIÊNCIA POLÍTICA. MULHERES, PODER E POLÍTICA:** a experiência do Brasil e do Canadá, v. 1, 2012, p.22-54.

FERREIRA, Maria Inês Caetano. **SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES:** reflexões a respeito das eleições à vereança no Recôncavo da Bahia. Revista de Informação Legislativa, v. 58, n. 229, 2021, p. 79-101.